

ATA N.º 14/2014:

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 02 DE JULHO DE 2014:

No dia dois de julho de dois mil e catorze, pelas vinte e uma horas e quinze minutos, no Salão da Junta de Freguesia do Pinhal Novo (Freguesia do Pinhal Novo), reúne, ordinariamente, a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente, encontrando-se presentes os Vereadores Maria da Natividade Charneca Coelho, Adília Maria Prates Candeias, Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço, Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha, Eduardo Alexandre Godinho Ferro, Fernanda Manuela Almeida Pésinho e Cristina Maria de Carvalho Baptista Vasques Rodrigues.

O Sr. Presidente dá conhecimento que, na sequência do pedido de substituição para esta reunião de Câmara, apresentado pelo Sr. Vereador Paulo Jorge Simões Ribeiro, convocou o Sr. Dr. Eduardo Alexandre Godinho Ferro para o substituir, nos termos do n.º 1 do art.º 79.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro na sua atual redação (anexo à ata como documento n.º 1).

O Sr. Presidente assinala a ausência do Sr. Vereador Adilo Oliveira Costa por motivo de férias, estando a sua falta devidamente justificada.

Os pontos que constituem a Ordem do Dia desta reunião são os seguintes:

PONTO 1 – Plano anual de transportes escolares – ano letivo 2014/2015

PONTO 2 – Atribuição de apoio financeiro às associações culturais do concelho com formação musical

PONTO 3 – ADREPAL – Transmissão do património imobiliário – prorrogação do prazo para outorga do contrato definitivo

PONTO 4 – Empreitada de “Construção da ciclovía envolvente Poente ao Pinhal Novo” – 2º contrato adicional

PONTO 5 – Atribuição de apoio financeiro às associações culturais do concelho com formação musical

PONTO 6 – Protocolo de Cooperação entre a Câmara Municipal de Palmela e a Sociedade Filarmónica Humanitária (FISP – Festival Internacional de Saxofone de Palmela)

PONTO 7 – Atribuição de topónimos na Freguesia de Palmela. Requerentes: Grupo de Moradores da "Azinhaga de Mata Mouros", Nídia Maria de Jesus Abreu Silva e Jorge Manuel Dias Felício. Processos n.ºs. TOP – 795/2014, TOP – 876/2014 e TOP-984/2014. Local: Vários – Freguesia de Palmela

PONTO 8 – Atribuição de topónimos na Freguesia de Quinta do Anjo. Requerentes: Helder da Silva Mesquita Marques e Manuel António dos Santos Miranda. Processos n.ºs. TOP – 757/2014, TOP – 758/2014. Local: Vários – Freguesia de Quinta do Anjo

O **Sr. Presidente** saúda os presentes.

• **Metodologia de funcionamento das reuniões de Câmara** - O **Sr. Presidente** descreve a *metodologia de funcionamento das reuniões de Câmara descentralizadas*, dizendo que estas obedecem à seguinte ordem: Intervenção do Público, Período Antes da Ordem do Dia e Ordem do Dia.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O **Sr. Presidente** pergunta se algum dos Munícipes quer intervir.

Sr. Joaquim Ricardo (1.)

Refere que é residente na parte «velha» do Pinhal Novo (lado sul) e que não é a primeira vez que traz a atenção o seguinte:

- A falta de arranjos na Rua João de Deus, perto do cemitério, porque quem lá passa de inverno vê-se obrigada a andar na lama e de verão no meio do pó;
- O estacionamento automóvel junto à Associação de Reformados Pensionistas e Idosos de Pinhal Novo (ARPI). Questiona por que razão o estacionamento do lado norte foi todo arranjado enquanto o do lado sul ficou por acabar. Na qualidade de Presidente da Direção da ARPI refere que estão fartos de «comer» pó no verão e lama no inverno.

Sr. António José Piteira (2.)

Reside na Av. da Liberdade no Pinhal Novo há 30 anos. Junto à sua habitação foram colocados os ecopontos e os outros contentores normais. Discorda da localização onde foram instalados os contentores pois existe muito espaço no outro lado da rua (rua dos Bombeiros).

Sublinha que os contentores cada vez se encontram mais encostados à sua habitação e que já uma vez um deles ardeu. Se os contentores passassem para o outro lado da rua não incomodavam ninguém.

Sr.ª Alexandrina Chora (3.)

Refere que se encontra muito revoltada com a situação das suas habitações e que é uma vergonha como as coisas se encontram. Acrescenta que contratou um advogado para lhe resolver a situação e que lhe levou 25.000 € (vinte e cinco mil euros) e não resolveu o assunto. Considera ser inadmissível ser obrigada a sair da sua terra, pois não fez mal a ninguém.

Sublinha que enquanto noutras localidades se preserva o património centenário, no Pinhal Novo é o contrário, derruba-se. Lamenta que o assunto se arraste desde 1942 e sem solução à vista. Destaca que deslocou-se à Loja do Cidadão para que lhe informassem por que razão os contadores foram cortados e que lhe informaram que foram roubados. Para além disso, encontra-se a pagar pela eletricidade e pela água sem se encontrar ligada às respetivas redes.

O seu marido não acredita que os contadores tenham sido roubados pois efetuou uma alteração na canalização dos contadores pelo que, na sua opinião, era impossível a CMP ter efetuado o corte.

Solicita que a Autarquia lhe resolva a situação das casas para bem de ambas as partes pois, na sua opinião, a CMP também precisa.

Questiona também a respeito das mobílias dos seus pais, bem como as coisas que eram dos seus avós (moedas, cachimbos, dinheiro e ouro), pois não sabe onde se encontram.

Aproveita para dar um louvor ao Sr. Joaquim Ricardo (1.), por todo o trabalho que tem desenvolvido no Pinhal Novo nas mais diversas instituições por onde passou. Merece palmas e espera não morrer tão cedo para lhe fazer a merecida homenagem.

Concorda com a intervenção do Sr. Joaquim Ricardo (1.) no que respeita ao estacionamento. Considera que o norte do Pinhal Novo é a parte dos ricos e o sul a parte dos pobres.

Sr. Fernando Tiago, em representação da SFUA (Sociedade Filarmónica União Agrícola) (4.)

Refere que a SFUA é quase todos os anos invadida pela água na altura das chuvas e que isso acontece ciclicamente porque não há um caudal de escoamento pluvial naquela praca sendo que a água acaba por escoar para dentro da SFUA. Por força dessa situação, a SFUA já teve que proceder à substituição do piso do salão e este ano vai ter de o fazer novamente.

Vai deixar um documento a solicitar o apoio da Autarquia nesse esforço, pois o piso encontra-se impraticável para as diversas atividades que lá são desenvolvidas, e vai ser substituído em agosto próximo.

Sr. João da Silva (5.)

Reside na Lagoa da Palha há 40 anos e manifesta a sua satisfação pelo facto de os diversos Executivos da CMP – inclui também a oposição -, terem desenvolvido a zona rural, dotando-a de todas as infraestruturas. Está satisfeito e reconhece o trabalho desenvolvido ao longo dos anos.

Contudo, manifesta o seu descontentamento pelo facto de terem que suportar o cheiro proveniente do despejo das cisternas nos coletores de esgotos na zona, pois não é salutar para ninguém, pelo que dever-se-ia pôr um termo a essas situações.

Sr. João Marques (6.)

Reside na Venda do Alcaide e solicita os seguintes esclarecimentos:

- A data de início da execução do acesso à estação pelo lado poente;
- Para quando a reposição da iluminação do viaduto pedonal onde se encontrava antes o antigo apeadeiro, pois encontra-se vandalizado há 3 anos;
- Para quando a construção das bermas desde o viaduto pedonal e rodoviário até ao Posto Médico;
- Para quando a iluminação do viaduto da Rede Ferroviária Nacional - REFER, E.P.E. da Estrada dos Espanhóis, na ligação Pinhal Novo/Palhota.

Termina por enaltecer o facto de a Autarquia continuar com a Semana das Freguesias pois permite uma maior proximidade das populações aos eleitos e uma maior facilidade na apresentação dos seus desejos, preocupações e ansiedades.

Sr. Jaime David (7.)

Faz parte da Associação de Pais da Escola Secundária de Pinhal Novo e como pai preocupa-o o facto de as obras da escola não estarem concluídas.

Tem conhecimento de reuniões ocorridas entre a Autarquia e o Ministério da Educação e Ciência e, na sequência desses contactos, foram dadas garantias de que as obras iriam reiniciar-se no primeiro trimestre do corrente ano. Contudo, tal não se verificou.

Destaca as dificuldades existentes pelo facto da entrada principal da escola não se encontrar concluída pois de inverno a entrada e saída dos alunos faz-se através de uma autêntica «piscina».

Pelo exposto, solicita esclarecimentos para quando o reinício e conclusão dos trabalhos pois a escola continua com os mesmos problemas: não existe controlo de alunos nem o sistema eletrónico para os alunos poderem comprar as suas senhas de refeição.

Face às questões apresentadas pelos Srs. Municípes, foram dadas as seguintes respostas:

- Em resposta ao Sr. Joaquim Ricardo (1.) e Sr. João Marques (6.), o **Sr. Presidente** informa que relativamente ao prolongamento da Rua João de Deus, no troço final junto à confidente, ao lado do Parque Infantil da Solidariedade, parte dos terrenos são do domínio público pois foram cedidos para arruamento no tardo de prédios da Praceta Antero Quental. Contudo, outra parte dos terrenos pertence a um particular que tem um loteamento aprovado para aquele local mas que infelizmente não avança com as obras.

Pelo exposto considera que é obrigação desse promotor imobiliário a responsabilidade de fazer o resto da rua e que não têm de ser os dinheiros públicos a fazer uma rua para a qual o seu loteamento vai ter frente. Desse modo defende-se o interesse público.

Contudo, deve analisar-se a questão do passeio num dos lados da rua, na parte que já é pública, mas teme que isso possa gerar mal entendidos pelo facto de depois se deixar a estrada em areia. Contudo, essa decisão terá que ser pensada no âmbito de outras prioridades pois existem muitos outros calcetamentos que precisam ser concretizados.

Quanto ao estacionamento automóvel do lado sul, em Pinhal Novo

Relembra que por ocasião das negociações sobre a localização da nova estação, a REFER divulgou um folheto em que afirmava que iria construir um novo interface ferroviário com 300 lugares de estacionamento. Acontece que enquanto a estação era feita a CMP requalificou a Praça da Independência e fez uma bolsa de estacionamento. A REFER por seu lado apenas reabilitou o estacionamento que já existia na rua da estação e efetuou a caixa de espera para os táxis. Desde 1999 até à data, a REFER sempre assumiu o compromisso da construção do estacionamento no lado sul, mas a verdade é que ainda não o fez.

No entanto, a CMP assumiu no seu compromisso de trabalho para o presente mandato o desenvolvimento do projeto, que já se encontra a ser trabalhado na perspetiva de redução de custos mas também de soluções técnicas para a drenagem das águas pluviais naquela zona. Independentemente da REFER vir a financiá-lo, como era sua obrigação, a Autarquia pretende encetar uma intervenção naquele local até final do mandato.

Quanto ao viaduto pedonal

Esse viaduto está para ser rececionado pela Autarquia, assim como estão mais 21 no concelho. Isso significa que eles continuam a ser propriedade da REFER. Assim sendo, a Autarquia entende que não deve tomar conta dos viadutos enquanto eles não estiverem em perfeitas condições, pois caso contrário terá de suportar os custos das reparações, das limpezas, da colocação da iluminação e da reposição do que foi vandalizado.

O mesmo acontece com a calçada até ao posto médico. Relembra que no anterior mandato a Autarquia construiu as bermas da farmácia até ao posto médico, e podia muito bem ter efetuado o restante troço, mas não o fez porque não é da sua responsabilidade.

Informa que todas essas situações fazem parte de um acordo celebrado com a REFER em 2011. A CMP só receciona essas infraestruturas quando a REFER colocar tudo em condições. Foram feitas peritagens e avaliações dos orçamentos e dos cadernos de encargos de tudo o que há para fazer e o montante total ronda os 550.000 € (quinhentos e cinquenta mil euros). Entretanto, em resultado de diversas mudanças na REFER e dos seus interlocutores e do Conselho de Administração, e após dois anos sem qualquer informação a respeito, veio a REFER em janeiro enviar um novo protocolo onde informa que só disponibilizam 120.000 € (cento e vinte mil euros) para todos os trabalhos necessários.

Desde março passado que a Autarquia aguarda o agendamento de uma reunião com o Conselho de Administração da REFER para que se possa resolver o assunto. Aproveita para esclarecer que a REFER vem fundamentar a sua posição com base num parecer da Procuradoria-Geral da República de 1954 que diz que essas intervenções depois devem integrar o património das câmaras se forem redes municipais, das Estradas de Portugal, se for uma estrada nacional, entre outras entidades.

É evidente que a Autarquia tem a responsabilidade de pintar as guias nos viadutos, pagar a iluminação pública e ir conservando a zona de utilização pública. Contudo, o que está em causa é a CMP assumir a responsabilidade por 21 viadutos cujos projetos não aprovou, dado que a REFER não necessita de aprovação, que não fiscalizou, que não rececionou e que não inspecionou. Não se pretende ficar com aquele património para daqui a uns anos a CMP ser responsável por uma tragédia semelhante à que ocorreu com a queda da Ponte Hintze Ribeiro, em Entre-os-Rios.

Acrescenta que a REFER vai ao ponto de ameaçar a Autarquia de que se alguma coisa cair do viaduto para a via férrea, por exemplo, uma placa de vidro de insonorização, e bater num comboio ou até impedir a circulação das composições, a REFER irá responsabilizar criminalmente a CMP. Ora, nem o Município de Palmela, nem outros municípios admitem essa situação. Em todo o caso, o Executivo continua disponível para a negociação e vai continuar a

pugnar pela resolução desses assuntos, sendo que em muitos casos a corda vai sempre para o lado do mais fraco e é a Autarquia que se encontra já a investir em obras, corrigindo coisas mal feitas pela REFER, como é o caso do acesso Sul à estação da REFER em Venda do Alcaide. Essa obra foi adjudicada no dia de ontem e ronda pouco mais de 60.000 € (sessenta mil euros). Como se não bastasse, a REFER ainda por cima vem fazer exigências quanto a materiais, mas só comparticipa no máximo 25.000 € (vinte e cinco mil euros) sem o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA). Apesar desses circunstancialismos, a Autarquia entendeu que não deve privar a população da Venda do Alcaide daquele acesso à estação por mais tempo.

Informa em primeira mão que o estacionamento naquela zona vai também ser requalificado e que a obra terá início dentro de poucas semanas, terá a duração de 180 dias, e só está pendente da aprovação do Plano de Segurança e Saúde por parte da REFER.

- Em resposta ao Sr. António José Piteira (2.), o **Sr. Presidente** menciona que a questão apresentada é justa e pelo que conhece do local é perfeitamente exequível, pelo que os serviços da CMP irão solicitar à AMARSUL - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. a deslocalização dos Ecopontos para a esquina contrária e desse modo obviar os incómodos causados.

- Em resposta à Sr.ª Alexandrina Chora (3.), o **Sr. Presidente** sublinha que o assunto apresentado é uma questão que a generalidade dos munícipes não compreendeu. De facto trata-se de um grande imbróglio que ali está, pois é um conflito existente entre particulares e uma pessoa que terá adquirido aquela zona para ali construir. Quanto às questões relacionadas com o tribunal e com o trabalho dos advogados não dizem respeito à CMP.

Relativamente ao entaipamento das habitações, destaca que a Autarquia terá notificado todos os proprietários para assim procederem até por questões de segurança, porque de outra forma estando as casas desabitadas, e ainda por cima algumas com valores lá dentro, seria fácil ocorrerem incidentes ou acidentes graves. Da parte da Autarquia fica o compromisso de continuar a estar atenta às intenções do promotor.

Refere que não corresponde à verdade a afirmação de que em Pinhal Novo, independentemente de ser norte ou sul, vai tudo abaixo para dar origem a prédios novos. Na zona sul existem exemplos, assim como na zona norte, de recuperação das casas mais antigas. Como exemplo refere a reabilitação que tem vindo a ocorrer na Rua Padre José Estevens Dias, uma das ruas mais antigas de Pinhal Novo e que se encontra na zona norte.

A CMP não pode impedir as pessoas que têm um lote urbano e onde o PDM permite determinado Índice de Construção de não fazerem construção nova. O que pode ser feito é induzir comportamentos e isso a Autarquia fê-lo em 2011 com a aprovação do Regulamento de

Incentivo à Reabilitação Urbana onde quem optar pela reabilitação não paga taxas ou quem quiser reabilitar a casa e até a ampliação contida, até 25% da área de ampliação, beneficia de incentivos.

Informa que ainda este ano a Autarquia vai ter mais incentivos à reabilitação urbana. Esse é o compromisso, nem que a CMP não receba um único cêntimo. O que se pretende é que os proprietários tratem das suas casas e que as mesmas não sejam deixadas ao abandono e a cair. Pretende-se pôr fim a comportamentos incorretos e desviantes.

- Em resposta ao Sr. Fernando Tiago (4.), o **Sr. Presidente** menciona que tem conhecimento das inundações ocorridas em anos anteriores na SFUA, mas também sabe que a SFUA foi ressarcida e apoiada para proceder a beneficiações. Contudo, sempre que haja situações dessa natureza elas precisam ser atestadas ou confirmadas pelos serviços da Autarquia.

No entanto, informa que existe uma válvula antirretorno que tem a função de evitar esse transbordo das águas e existe outra solução que já foi trabalhada no mandato anterior e que passa por levar as águas ao fundo da Rua da SFUA, que é uma rua sem saída, atravessando a verbenha e que vai debitar no coletor junto aos prédios da JP Vinhos. Desse modo, a situação é amenizada. Se isso não resolveu a questão, há que analisar o assunto novamente. Da parte da CMP fica o compromisso de estar disponível para trabalhar com todas as coletividades.

- Em resposta ao Sr. João da Silva (5.), o **Sr. Presidente** refere que de facto a SIMARSUL selou um coletor de entrega onde as cisternas poderiam ser despejadas. Com a nova rede, o novo emissário passa precisamente na Estrada da Lagoa da Palha e passa na Rua 25 de Abril. Foi decidido outro ponto de entrega, mas acontece que pode haver de facto prestadores de serviços dessa área que não estejam a fazer a entrega nos locais autorizados. Para além disso, o que se sabe é que há outros que nem sequer estão autorizados a fazer despejos, porque não possuem licenciamento nem efetuaram o pagamento das respetivas taxas.

Da parte da CMP fica o compromisso de continuar a monitorizar e a fiscalizar e, sobretudo, tentar sensibilizar para que as entregas sejam efetuadas noutros locais mais distantes das habitações.

- Em resposta ao Sr. Jaime David (7.), o **Sr. Presidente** explica que a entrada da Escola Secundária foi objeto de um protocolo entre a CMP e a Parque Escolar, assinado em abril passado, durante o Campeonato Europeu Escolar de Orientação (EOC)/Campeonato Europeu de Orientação de Precisão (ETOC) para pessoas com mobilidade reduzida. O concurso terminou no final de maio, e foi adjudicado, pese embora ter saído mais caro do que inicialmente estava

previsto (dos cerca de 38.000 € - trinta e oito mil euros – previstos para os 60.000 € - sessenta mil euros). A obra encontra-se para validação, sendo que a indicação é de que os trabalhos se iniciam no corrente mês, durante a interrupção das férias.

Relativamente à retoma das obras, a Autarquia foi informada de que a Escola Secundária de Pinhal Novo é uma das catorze que viu aprovado o financiamento para a retoma da empreitada. O ideal seria que ambas as empreitadas começassem o mais rapidamente possível.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

• **Semana dedicada à Freguesia do Pinhal Novo** – O **Sr. Presidente** menciona que a *Semana dedicada à Freguesia do Pinhal Novo* decorre de 30 de junho a 4 de julho. Sumariamente passa a descrever o programa da semana.

Na segunda-feira à noite ocorreu uma sessão de divulgação do Projeto '(A) Gente do Bairro'. Trata-se de um projeto de cidadania ativa e de participação que pretende levar os munícipes a apresentarem projetos de intervenção no espaço público, responsabilizando-se por participar na resolução desses assuntos com o seu trabalho voluntário e a mobilizar meios junto de mecenas e de empresas para que se envolvam na resolução desses assuntos em parceria com a Autarquia e as Juntas de Freguesia do Concelho.

A sessão de segunda-feira permitiu contratualizar logo uma intervenção muito interessante com a Associação de Moradores do Bairro da Cascalheira, mas existem outras zonas como uma das praças da Salgueirinha em que há projetos de intervenção para requalificar canteiros.

Quanto às hortas comunitárias elas estão na moda. Existem casos em que a Autarquia pretendia requalificar canteiros e as pessoas preferem destinar o espaço a hortas. Por parte da CMP nada a opor e certamente que as hortas passarão a fazer parte do espaço público.

Acredita que assim que o projeto começar a ter os primeiros exemplos divulgados aliado ao plano de comunicação que está a ser preparado, certamente que toda a gente vai querer participar para melhorar aquilo que às vezes está à sua porta e que com a colaboração de todos pode tornar-se uma realidade.

Na terça-feira de manhã decorreu uma boa sessão de trabalho com a Junta de Freguesia de Pinhal Novo, que contou com a participação de todo o Executivo Municipal (Maioria em Exercício e Oposição).

A Autarquia congratula-se com as iniciativas de intervenção social levadas a cabo pela Junta de Freguesia como, por exemplo:

- O Projeto “Vaivém Social”, projeto que promove a mobilidade e a acessibilidade dos idosos, muitos deles com dificuldades de mobilidade e acessibilidade, das zonas rurais para os serviços públicos que estão no centro da freguesia;
- O Programa GEPE - Grupo de Entreeajuda na Procura de Emprego, de apoio à formação e à procura de emprego.

Foi efetuado o recenseamento de um conjunto de matérias relacionadas com alterações de sentido de trânsito, sinalização, estacionamento, problemas na rede viária e iluminação, realçando o excelente trabalho que está a ser feito no cemitério do Terrim, em Pinhal Novo, que foi visitado no período na terça-feira de tarde.

O Executivo Municipal teve oportunidade de assistir à cerimónia da entrega formal do talhão por parte da Junta de Freguesia ao Núcleo da Liga dos Combatentes de Pinhal Novo, assim como o Memorial aos Combatentes da Grande Guerra.

Ocorreu também uma reunião de trabalho com o Clube Desportivo Pinhalnovense (CDP) onde se debateram algumas formas de entreeajuda e de apoio. Percecionou-se também a estratégia do clube em termos de formação desportiva para a próxima época que conta com um elevado número de praticantes desportivos na área da formação.

Foi com muita pena que se tomou conhecimento que grande parte dos jovens que são formados no CDP, assim como noutros clubes do Concelho de Palmela, estão a ser hoje cooptados por grandes clubes e grandes olheiros sem que depois os novos clubes venham a ser ressarcidos pelo investimento que fizeram na formação desses atletas. Considera ser uma questão para as federações e associações desportivas, mas de facto esses clubes são viveiros de talentos e de atletas e não recebem nada em troca, contrariamente aos outros clubes que os vêm buscar porque depois de os transformarem em futuros craques acabam por fazer grandes negócios.

Visitou-se também a mais recente associação do concelho e que merece todo o destaque pelo trabalho notável que desenvolve – referindo-se à Associação da Orquestra Nova de Guitarras. É um caso de sucesso a acompanhar com muita atenção mesmo por outras associações porque a forma de empreender, de encontrar parcerias, de mobilizar mecenas deve fazer pensar a todos que de facto vale a pena inovar nalgumas abordagens. Neste momento conta com cento e cinquenta jovens em formação musical, não apenas nas guitarras mas também na bateria e no piano, e estão envolvidos em grandes projetos, viagens, atuações a nível internacional.

Esta associação, através das suas muitas iniciativas, tem conseguido manter praticamente a sua autossustentabilidade e é um caso que vale a pena acompanhar com muito interesse.

Ocorreu também uma reunião na União Desportiva da Palhota e foi muito interessante perceber quais as suas expectativas e as mudanças ocorridas. Salienta, em particular, o novo grupo mais ligado à área da dança.

No corrente dia visitaram-se os espaços de jogo e recreio e os espaços exteriores. Visitou-se o espaço de jogo e recreio Ferreira da Costa, na Urbanização Quinta dos Matos, reabilitado pela Junta de Freguesia.

Visitou-se igualmente a sede dos Amigos da Festa Brava. Realça que a Autarquia cedeu aos Amigos da Festa Brava a antiga casa da guarda junto à antiga passagem de nível que dava acesso à Fonte da Vaca. Esse equipamento fica ainda como apoio à ciclovía.

Visitaram-se também os trabalhos da ciclovía envolvente poente a Pinhal Novo que, aliás, decorrem em bom ritmo e, posteriormente, foi visitado o espaço de jogo e recreio Ary dos Santos que é cuidado também pela Junta de Freguesia.

Considera que a Junta de Freguesia tem feito um excelente trabalho e que acima de tudo tem utilizado muito bem as verbas que a Autarquia lhe concede, fruto do protocolo de descentralização que foi assinado.

Realça também o trabalho desenvolvido pela Junta de Freguesia no espaço de jogo e recreio do Bairro da Solidariedade, pois as opções tomadas inibem os atos de vandalismo e já pouparam dinheiro à CMP.

Ocorreu uma reunião de trabalho com a Direção da Pluricoop – Cooperativa de Consumo, CRL para se perceber como a reabertura das lojas está a correr. Foi com satisfação que se tomou conhecimento que está a ocorrer a bom ritmo na península e, sobretudo, que continua a haver emprego na Pluricoop e que estão a retomar o envolvimento de antigos trabalhadores quer da Pluricoop, quer da Cooplisboa. Foi muito interessante perceber a estratégia que está a ser delineada também para esta importante instituição que em tempos chegou a ser uma grande entidade empregadora na Freguesia de Pinhal Novo.

O périplo no dia de amanhã começa às 9 horas com a visita ao Parque Fotovoltaico, um importante investimento de 10 milhões de euros na zona da Salgueirinha em Pinhal Novo. A energia produzida por aquele parque fotovoltaico vai evitar o recurso a combustíveis fósseis e é um importante contributo para se atingirem as metas de redução de carbono que foi assumida recentemente com a aprovação unânime do Plano de Ação para a Energia Sustentável de Palmela (PAESP) pela Autarquia e pela Assembleia Municipal de Palmela. Esse plano visa que no concelho, até 2020, as empresas particulares, entidades públicas e privadas, façam a contenção de algum desperdício energético, optando por energias mais limpas. Espera-se que até essa data, Palmela esteja no pelotão da frente daqueles que são os territórios mais sustentáveis.

Visitar-se-á depois as obras do Museu da Música, no Aceiro dos Alegrias em Vale da Vila, um museu único em virtude das peças que possui. Para que fosse possível a instalação do museu foi necessário desenvolver um Plano de Pormenor muito arrojado e que foi aprovado por todas as entidades por forma a permitir aquela densidade de construção. Informa que fruto de um protocolo assinado, a Comunidade Educativa e os seniores do concelho vão beneficiar de condições especiais para visitar aquele espaço.

Depois, proceder-se-á à visita à Labocentro - Laboratório da Portela, uma empresa que tem investido muito na prestação de serviços na área do Pinhal Novo e que é uma das empresas com alguma responsabilidade social uma vez que tem estado a apoiar o Projeto "Vaivém Social".

Pelas 16 horas irão ser visitados os trabalhos da Horta Comunitária e logo de seguida o Espaço CAVE - sala de ensaio destinado às bandas jovens, que está a ser criada na cave do Centro de Recursos para a Juventude (CRJ) no Mercado Municipal de Pinhal Novo.

Pelas 18h45 assistir-se-á a uma cerimónia de atribuição da Bandeira Cidades e Vilas de Excelência e ao içar da respetiva bandeira. Mais do que um galardão é um compromisso. Lembra que Pinhal Novo já teve duas bandeiras da Mobilidade, uma de prata e uma de ouro, pelo número de barreiras arquitetónicas que eliminou. No seu plano de acessibilidades ainda não chegamos aos 100%, mas a adesão a esta rede obriga a um compromisso muito forte que a Sra. Vereadora Fernanda Pésinho terá a oportunidade de explicitar.

A sexta-feira de manhã está reservada para o Atendimento Descentralizado por parte das Sras. Vereadoras e dos Srs. Vereadores a que se seguirá o balanço da semana com a Comunicação Social.

Informações / Assuntos diversos:

- **Reuniões de Câmara** – O **Sr. Presidente** informa que a próxima reunião de Câmara encontra-se agendada para 16 de julho. Devido ao período de férias, no próximo mês apenas se realizará uma reunião, que se encontra agendada para o dia 20 de agosto.

- **Resultados desportivos** – O **Sr. Presidente** passa a informar o resultado desportivo alcançado pelo atleta Victor Korst, da Associação Académica Pinhalnovense, que bateu no dia 21 de junho o Recorde Nacional de Salto em Altura de Juniores, ao transpor a fasquia colocada a 2,16 metros, marca que lhe permitiu vencer o Campeonato Regional de Setúbal, bem como alcançar a qualificação para o Campeonato do Mundo de Juniores. O Executivo Municipal parabeniza o atleta, o treinador e a Associação Académica Pinhalnovense que continua a prestigiar a modalidade.

• **Iluminação Pública** - O **Sr. Vereador Pedro Taleço** faz o ponto de situação sobre algumas situações relacionadas com acendimentos mais tardios em determinadas zonas. Informa que a Autarquia está a fazer o seu melhor junto da Electricidade de Portugal, S.A. (EDP) para obviar a situação.

A estratégia para o corrente ano passa pela continuidade da modernização e da racionalização da iluminação pública, numa ótica de eficiência energética, contribuindo assim para o conforto e segurança das pessoas e, ao mesmo tempo, para a redução de emissões de carbono e dos custos associados à fatura energética.

No caso do Pinhal Novo foram substituídas cerca de 600 lâmpadas de vapor de mercúrio por lâmpadas de vapor de sódio. Solicita a cada munícipe que também seja fiscalizador e que usem o sítio da *internet* da Autarquia ou o da EDP para reportar as situações. Da parte da CMP fica o compromisso de acompanhar e pressionar a concessionária no sentido da cabal resolução dos problemas, o que não tem acontecido até à data.

Quanto a investimentos a realizar pela EDP no Pinhal Novo refere a passagem da rede de distribuição e iluminação pública aérea para terrestre na zona da Praça da Independência, na Rua dos Lusíadas e na Rua de El Rei D. Sancho I.

Acrescenta que há muito que a Autarquia tinha solicitado à EDP a substituição de lâmpadas tradicionais por outras mais eficientes de vapor de sódio e por outras ainda mais eficientes de LED em diversos arruamentos, nomeadamente, entre a Rua Lusíada e a Av. Zeca Afonso. Esse investimento que, aliás, deveria estar concluído em 2013 acarreta um custo para a CMP de cerca de 5.000 € (cinco mil euros). Acresce ainda a iluminação pública associada à nova ciclovia em construção que será constituída por uma iluminação LED que custou à Autarquia cerca de 10.000 € (dez mil euros).

• **Reabertura do caminho municipal 1029** - A **Sra. Vereadora Adília Candeias** informa que já se encontra aberta à circulação automóvel a estrada de ligação do Caminho 1029 à circular sul à Autoeuropa.

Trata-se de uma empreitada muito importante para a mobilidade no território municipal, com destaque para o acesso ao Parque Industrial da Autoeuropa e estação ferroviária que serve a Freguesia de Quinta do Anjo.

A empreitada consistiu na melhoria do perfil da via, no alinhamento da correção do traçado, construção de valetas, pavimentação, sinalização horizontal e vertical e teve o valor de mais de meio milhão de euros.

• **Ciclovia Pinhal Novo** - A **Sra. Vereadora Adília Candeias** dá conta que a empreitada de construção da ciclovia de Pinhal Novo está a decorrer, prevendo-se a sua conclusão para agosto e que foi adjudicada por cerca de 300.000 € (trezentos mil euros).

O percurso agora em obra liga-se à pista Val' Flores e ao corredor da Rua Infante D. Henrique e vai prolongar-se, numa segunda fase, ainda pela plataforma do antigo ramal ferroviário do Montijo até ao limite do concelho. O troço tem uma extensão de 1.600 metros e prevê para além da pista propriamente dita, a criação de lugares de estacionamento, algum mobiliário urbano, alguns verdes, incluindo alinhamentos de árvores e o aproveitamento de algumas já existentes.

Esse corredor ajuda também a estruturar o trajeto da ecopista e é de facto uma obra que irá beneficiar em termos do espaço público a entrada do Pinhal Novo para quem vem do Penteado. Considera que a Autarquia tem um projeto mais vasto de criação de uma rede municipal de percursos cicláveis através da conjugação de ciclovias e percursos de uso misto que interligam no fuso urbano.

• **Férias de verão nas bibliotecas** - O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** destaca que a Autarquia vai levar a efeito, entre o dia 8 de julho e o dia 28 de agosto, um programa de férias de verão das bibliotecas intitulado "SOLEstórias".

Esse programa tem fundamentalmente como objetivo aproximar a população infantil e as famílias dos espaços das bibliotecas municipais, promover a sua frequência, especialmente no período de férias de verão, e proporcionar momentos de ocupação saudável nos seus tempos livres e de lazer.

Trata-se de um programa gratuito para as famílias e está direcionado a crianças entre os 4 e os 10 anos e realiza-se nas cinco freguesias, englobando um conjunto de vinte e quatro atividades recreativas baseadas em práticas de leitura, de lazer, de animação, de jogos e de música.

Conclui por referir que esta é uma clara aposta do Município num projeto social e educativo que contribui para a formação integral das crianças e para a promoção de hábitos de leitura.

• **Hortas comunitárias** - A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** realça que encontra-se já implementada a primeira Horta Comunitária e que se encontra localizada na Urbanização Quinta do Pinheiro em Pinhal Novo. A horta tem nove parcelas para cultivo, casa abrigo para arrumação de alfaia e sistema de rega sendo essas infraestruturas partilhadas para apoio aos hortelãos.

Além da preparação e disponibilização do espaço, a Autarquia está a garantir formação aos candidatos selecionados. A formação iniciou-se no dia 19 de junho e contempla sessões teóricas

e práticas. No final da formação, os candidatos deverão estar aptos à instalação de uma horta de acordo com os princípios da agricultura biológica.

A implementação das Hortas Comunitárias permitirá aos munícipes, entre outros aspetos, produzir localmente alimentos de elevado valor nutritivo, complementar o rendimento familiar, consolidar ou adquirir hábitos mais saudáveis de consumo, ocupação de tempos livres, reencontrar o sentido comunitário reforçando laços de solidariedade local e recuperar ou reforçar as relações intergeracionais.

Numa fase posterior, o projeto das Hortas Comunitárias será estendido às localidades de Palmela, Quinta do Anjo e um segundo local em Pinhal Novo.

● **Mobilidade e acessibilidade** – A **Sra. Fernanda Pésinho** refere que o Município e a Rede de Cidades e Vilas de Excelência assinalam amanhã, com o hastear simbólico da Bandeira “Cidades e Vilas de Excelência”, a adesão de Palmela à Rede de Cidades e Vilas de Excelência e o início de dois novos projetos em desenvolvimento no âmbito da parceria: “Mobilidade Ciclável e Pedonal” e “Regeneração e Vitalidade Urbana”.

O primeiro projeto consiste no aprofundamento do estudo e desenvolvimento da rede de vias cicláveis e pedonais na Vila de Pinhal Novo e na ligação desta aos aglomerados urbanos vizinhos. Trata-se de alargar a rede já existente, através de corredores dedicados, corredores partilhados e sinalização específica. Pretende-se com este projeto explorar as vantagens ambientais dessas soluções e o seu contributo para a mobilidade suave, mas também o seu potencial turístico e cultural e o contributo para uma nova cultura de respeito pelo espaço público. Este projeto vem dar continuidade ao investimento já realizado pela Autarquia de que são exemplo a ciclovia de Val’Flores, o corredor da Rua Infante D. Henrique e a nova ecopista em construção.

O segundo projeto, no domínio da regeneração e vitalidade urbana, centra-se, por um lado, na revitalização e qualificação da zona comercial do lado norte, e, por outro, na revitalização do lado sul, com o envolvimento dos agentes económicos e da comunidade em geral, numa lógica de qualificação criativa do espaço público e coesão territorial entre os dois lados da linha de caminho de ferro.

A Vila de Pinhal Novo foi já distinguida pelo trabalho feito pela Autarquia na promoção da acessibilidade. E a Autarquia continua a implementar progressivamente o Plano Local de Promoção da Acessibilidade do Município de Palmela, numa lógica de desenvolvimento integrado em que as questões da mobilidade e vivência do espaço público ganham nova centralidade.

O Sr. Presidente propõe a admissão para discussão no *Período Antes da Ordem do Dia* de:

. Moção (Pela construção urgente da Extensão de Saúde Pinhal Novo - Sul) – A ser apresentada pelo Sr. Presidente.

Aprovada, por unanimidade, a admissão da Moção para discussão e votação.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** passa à apresentação da Moção:

MOÇÃO (Pela construção urgente da Extensão de Saúde Pinhal Novo – Sul)

“1. Considerando que,

- as condições de prestação dos cuidados essenciais de saúde têm vindo a degradar-se drasticamente no país e, em particular, na região de Setúbal;
- a falta de centros de saúde, o seu funcionamento em instalações inadequadas, o encerramento de serviços de atendimento permanente e a redução de horários para a prestação de cuidados de enfermagem não correspondem às necessidades das populações e põem em causa o seu direito inalienável à saúde como condição primeira para a sua qualidade de vida;
- a escassez de médicos, de enfermeiros e de outros profissionais, nos centros de saúde e hospitais, por razões meramente economicistas, agravam os tempos de espera, põem em causa a qualidade dos serviços prestados, inviabilizam o acompanhamento regular dos utentes e as funções cometidas aos médicos de família, designadamente quanto à prevenção e promoção da saúde;
- o concelho de Palmela tinha, em janeiro, 61.250 utentes inscritos, dos quais 31,7% sem médico de família, sendo particularmente grave o caso de Pinhal Novo, onde 87,6% dos inscritos na UCSP Pinhal Novo - Guerra Junqueiro, 5,8% na UCSF Pinhal Novo – Zeca Afonso e 90,7% na UCSP de Venda do Alcaide não têm médico de família.

2. A Câmara Municipal de Palmela tem mantido uma postura de cooperação institucional, expressa, entre outras medidas, na cedência de terrenos para a construção de equipamentos essenciais, num concelho que, pela sua dimensão e dispersão dos aglomerados urbanos, não pode ser servido por unidades de saúde planeadas à escala das cidades, exigindo, por isso, um atendimento de proximidade, com qualidade.

A população de Pinhal Novo reclama, desde 2001, uma nova extensão de saúde, face à insuficiência de instalações e ao aumento demográfico registado na freguesia.

Após vários anos de negociações, em 2008, a Câmara Municipal cedeu um terreno situado na Rua Manuel Veríssimo da Silva, em Pinhal Novo - Lado Sul, para a construção de uma nova

Extensão de Saúde, assumindo o Ministério da Saúde, aquando da escritura, o compromisso de construção desse equipamento num prazo de dois anos.

Depois de muitas insistências por parte da Câmara, o Ministério da Saúde, em janeiro de 2011, vem informar o Município que está prevista a construção de uma Unidade para atendimento para 15 mil utentes, naquele terreno, e que ainda nesse mês se previa a entrega do projeto, a que se seguiria o lançamento do processo concursal de construção.

Em junho de 2011, o referido Ministério informa que, afinal, o projeto para aquela unidade apresentava várias desconformidades nos projetos de especialidades e erros de conceção do caderno de encargos.

No final de 2012, o município é informado pela ARSLVT que o projeto estava concluído, faltando a inscrição da verba em PIDDAC 2013, o que não se verificou.

Em janeiro deste ano, em audiência concedida ao Presidente da Câmara e Vereador do Pelouro, o senhor Secretário de Estado da Saúde reconheceu a urgência da construção do equipamento, assim como a necessidade de reforço de profissionais de saúde nas unidades do concelho.

Não obstante a recorrente referência, por parte da tutela, de que a Extensão de Saúde de Pinhal Novo - Sul é uma das prioridades mais prementes da Península de Setúbal, o assunto arrasta-se com a agravante de as condições de atendimento e de acessibilidade nas extensões da rua Guerra Junqueiro e rua Zeca Afonso se deteriorarem e se afigurarem insuficientes e até obsoletas (Guerra Junqueiro).

Na sequência de reunião com o sr. Presidente do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, a Câmara Municipal de Palmela oficiou essa entidade e o Exmº Sr. Secretário de Estado dando nota da disponibilidade para, além da cedência do terreno já consumada, assegurar a conservação/manutenção dos espaços verdes/arranjos exteriores do equipamento, assumir a responsabilidade pelo lançamento do procedimento concursal e assegurar a fiscalização da empreitada, como fez no caso da empreitada do Quartel do Destacamento da GNR de Palmela.

Face à gravidade da situação e à ausência de respostas concretas tendo em vista a concretização do compromisso de construção desse equipamento público na Freguesia de Pinhal Novo, a Câmara Municipal de Palmela, reunida em sessão pública, em Pinhal Novo, no dia 2 de Julho de 2014, **exige:**

- 1- o cumprimento dos compromissos celebrados com o Município e com a população da Freguesia;
- 2- a construção urgente da Extensão de Saúde de Pinhal Novo - Sul;
- 3- a garantia do reforço de equipamentos, de meios técnicos e humanos que assegurem os cuidados de saúde essenciais no concelho de Palmela;

Mais se propõe que a presente Moção, seja enviada para as seguintes entidades:

- Ministério da Saúde
- Assembleia Municipal de Palmela
- Junta e Assembleia de Freguesia de Pinhal Novo
- Comissões de Utentes de Saúde
- Agrupamento de Centros de Saúde da Arrábida
- Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo
- Entidades representativas dos profissionais do Setor
- Grupos Parlamentares.”

Sobre a Moção (Pela construção urgente da Extensão de Saúde Pinhal Novo - Sul) intervém:

A **Sra. Vereadora Natividade Coelho** refere que mesmo correndo o risco de representar uma Bancada que também terá algumas responsabilidades naquilo que é o insustentável atraso que se passa relativamente à saúde e à construção da Extensão de Saúde de Pinhal Novo Sul, não queria deixar de intervir porque essa é uma das situações para as quais tem uma particular sensibilidade. No fundo, trata-se daquilo que é básico para a população.

Acrescenta que essa Extensão de Saúde é quase uma novela para os sucessivos governos, pois ora está contemplada no Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) como prioritária, ora não está. Na sua opinião esse é um jogo insustentável para com a população de Pinhal Novo e para com a qualidade dos serviços de saúde de Pinhal Novo.

Dá conta que o PS tem tido a oportunidade de, em diferentes momentos, visitar as duas Extensões de Saúde existentes no Pinhal Novo e está bem ciente das necessidades, sendo que essa é uma situação que só pode unir todos os eleitos.

Na sua opinião, é tempo de parar de falar da necessidade dessa Extensão de Saúde, porque ela é mais do que necessária, e crê que, como em outros momentos, em outras circunstâncias e por outros motivos, é urgente uma união em nome daquilo que é básico e que já é insustentável relativamente ao Pinhal Novo.

Pelo exposto, o PS votará a favor. Aproveita para saudar a presente Moção pelo facto de ela, primeiro ter sido apresentada e, segundo, pela forma como se encontra redigida. Destaca que, por vezes, o que divide o PS da Maioria em Exercício não é a essência e a base, mas os termos em que alguns documentos são elaborados, o que não é o presente caso.

Submetida a Moção (Pela construção urgente da Extensão de Saúde Pinhal Novo - Sul) a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e em minuta.

O Sr. Presidente propõe a admissão para discussão no Período Antes da Ordem do Dia de:

. Saudação (Ricardo Esteves Ferreira) – A ser apresentada pelo Sr. Presidente.

Aprovada, por unanimidade, a admissão da Saudação para discussão e votação.

O **Sr. Presidente** passa à apresentação da Saudação:

SAUDAÇÃO (Ricardo Esteves Ferreira)

"A Câmara Municipal de Palmela saúda e felicita o orientista Ricardo Esteves, aluno da Escola Secundária de Pinhal Novo, que em representação da seleção Portuguesa se sagrou Campeão Europeu de Sprint, no escalão de -16 anos, no Campeonato Europeu de Jovens (EYOC 2014), realizado entre os dias 20 e 28 de junho, na Macedónia.

Este resultado confirma a qualidade do atleta e o excelente trabalho realizado pelos professores da Escola Secundária de Pinhal Novo. Ricardo Esteves, tem 15 anos, começou a praticar a modalidade há 3 anos e em 2013 sagrou-se Campeão Nacional de Distância Longa e Sprint e alcançou o 6.º lugar no Campeonato do Mundo de Jovens. Já este ano sagrou-se Campeão Nacional de Distância Média.

Reunida em Pinhal Novo, a 2 de julho de 2014, a Câmara Municipal de Palmela aprova o voto de saudação a Ricardo Esteves e expressa o seu desejo para que este continue a sua evolução desportiva, dignificando e promovendo o concelho de Palmela."

Submetida a Saudação (Ricardo Esteves Ferreira) a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e em minuta.

O Sr. Presidente propõe a admissão para discussão no Período Antes da Ordem do Dia de:

. Saudação (Rafael Ferreira Reis) – A ser apresentada pelo Sr. Presidente.

Aprovada, por unanimidade, a admissão da Saudação para discussão e votação.

O **Sr. Presidente** passa à apresentação da Saudação:

SAUDAÇÃO (Rafael Ferreira Reis)

"A Câmara Municipal de Palmela saúda e felicita o ciclista Rafael Reis, natural do concelho de Palmela, que se sagrou Campeão Nacional de Contra-relógio, no escalão de sub23, no

Campeonato Nacional de Estrada, que se realizou entre os dias 27 e 29 de junho, no Sabugal, repetindo o feito alcançado em 2013.

Rafael Reis, de 21 anos, atualmente a representar a equipa portuguesa Banco BIC/Carmin/Tavira, tem-se vindo a afirmar no panorama ciclista, deixando cada vez mais de ser uma das maiores promessas para se tornar uma das maiores certezas do ciclismo nacional. Ao longo da sua carreira desportiva tem alcançado diversos títulos nacionais e internacionais, sendo uma presença regular na Seleção Portuguesa, representando-a em diversas competições internacionais. Para além dos títulos desportivos, Rafael Reis foi agraciado em 2011 com a Medalha Municipal de Mérito Grau Prata, atribuída pela Câmara Municipal de Palmela.

Reunida em Pinhal Novo, a 2 de julho de 2014, a Câmara Municipal de Palmela aprova o voto de saudação a Rafael Reis e expressa o seu desejo para que este continue a sua evolução desportiva, dignificando e promovendo o concelho de Palmela.”

Submetida a Saudação (Rafael Ferreira Reis) a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e em minuta.

Questões apresentadas no Período Antes da Ordem do Dia:

• **Horários Fertágus – A Sra. Vereadora Natividade Coelho** refere que tem conhecimento das diligências levadas a cabo pelas várias Comissões de Utentes, pela Autarquia e pelas Juntas de Freguesia relativamente aos horários dos transportes praticados pela Fertagus, Travessia do Tejo, Transportes, S.A. Considera que o Pinhal Novo é a estação que oferecerá ou será o trunfo para uma revisão dos horários, sobretudo no período da manhã e no final da tarde.

Solicita esclarecimentos sobre se existem novidades relativamente aos horários.

• **Ponto de situação Parque escolar - A Sra. Vereadora Natividade Coelho** questiona se existem intervenções de fundo programadas para as escolas da Autarquia. Acrescenta que não se refere a meras obras de manutenção mas, por exemplo, às questões relacionadas com o amianto.

• **Limpeza de terrenos - O Sr. Vereador Pedro Taleço** pronuncia-se sobre a questão da falta de limpeza e manutenção de muitos terrenos privados, pois são autênticos matos. Considera ser importante referir qual é o papel que a Autarquia assume nesse processo, bem como o que é que os municípios podem fazer no sentido de, em colaboração com a Autarquia, resolverem essas questões.

Acrescenta que essa situação não se encontra limitada só a Pinhal Novo, pois o PS possui alguns relatos de pessoas que se queixam de que não sabem o que fazer porque os vizinhos não respondem.

Quanto ao espaço público, o PS tem conhecimento que tem havido alguns constrangimentos em certas zonas e passeios em virtude da proliferação de ervas. Considera que isso é resultante de um ano particularmente chuvoso.

Havendo uma capacidade de resposta limitada por parte da Junta de Freguesia, pergunta se a Autarquia equacionará a utilização dos seus meios próprios, ou externos, para a resolução do problema e se existe um plano para retomar a normalidade.

• **Parque Venâncio Ribeiro da Costa, em Palmela** - O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que tem havido algumas reclamações em relação, não à qualidade do espaço e à sua utilização, mas ao funcionamento do Parque Venâncio Ribeiro da Costa.

Realça em concreto a refuncionalização dos antigos sanitários públicos e à consequente inexistência de sanitários públicos no dito parque. Considera que sendo um parque de usufruto de crianças e de creches, tal facto cria grandes dificuldades quer aos estabelecimentos comerciais, que veem a utilização dos seus sanitários por parte de crianças, quer aos demais utentes do parque. Na sua opinião, essa situação contribui para que se danifique o parque e os equipamentos.

• **Praceta José Coelho Possante, em Pinhal Novo** - A **Sra. Vereadora Cristina Rodrigues** alude à Praceta José Coelho Possante, junto à Escola Secundária, pois a mesma não tem nenhum arranjo urbanístico em termos de verde, estando aquele espaço que só tem terra a servir de estacionamento. Solicita esclarecimentos sobre se está previsto alguma intervenção naquele local.

Face às questões apresentadas no *Período Antes da Ordem do Dia*, foram dadas as seguintes respostas:

_ **Horários Fertágus** – (*Questão colocada pela Sra. Vereadora Natividade Coelho*) – A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** esclarece que não tem conhecimento de qualquer reclamação, a não ser o que vem na Comunicação Social, pelo que desconhece qual o ponto de situação referente a essas reivindicações. Mas, uma vez que o Conselho Local de Mobilidade (CLM) vai reunir em julho, fica o compromisso de abordar essa questão.

O **Sr. Presidente** acrescenta que esse é um assunto recorrente e que no anterior CLM bem como na Área Metropolitana de Lisboa teve oportunidade de denunciar a situação aquando da renegociação do Contrato de Concessão entre o Estado Português e a Fertagus.

Considera que deveria ter sido aproveitada a renegociação do Contrato de Concessão para exigir algo que desde o primeiro contrato se encontra em incumprimento e que se prende com a percentagem mais significativa de composições, em particular, a partir de Pinhal Novo e da Penalva. Na altura terá sido dito que as manobras necessárias para a mudança do veículo que impulsiona o comboio só poderiam ocorrer essencialmente na Penalva, sendo que aí a questão está parcialmente resolvida.

Quanto ao Pinhal Novo, continuam a existir problemas porque às horas de ponta a oferta e o número de carruagens parece ser insuficiente, para além de se justificar uma periodicidade de maior intensidade entre as 7h30 e as 9h30. Segundo a Fertagus não existe capacidade técnica no Pinhal Novo para levar a cabo o conjunto de manobras necessárias à mudança do veículo impulsionador.

Deixa o compromisso de que o assunto será analisado

— **Ponto de situação Parque Escolar** – *(Questão colocada pela Sra. Vereadora Natividade Coelho)* – O **Sr. Presidente** refere que as intervenções de maior vulto dizem respeito:

- Ao projeto e à obra do muro da Escola n.º 2 em Palmela;
- À colocação de relva sintética no logradouro do Pré-escolar em Cabanas e à conservação exterior do refeitório.

Sublinha que deve entender-se como 'obras de maior vulto' o conjunto de pequenas obras mas que no seu conjunto ascendem a largas dezenas de milhares de euros. Relembra também que a Autarquia transfere para as Juntas de Freguesia um total de cerca de 400.000 € (quatrocentos mil euros) anuais para beneficiações nas escolas.

Para além disso, informa que só para os sistemas de segurança contra incêndios, substituição de portas, os novos equipamentos, os AVAC's, os ares condicionados foi despendida a verba de 27.000 € [vinte e sete mil euros] numa empreitada e mais 7.000 € [sete mil euros] noutra.

No âmbito do GEPE – Gabinete de Estudos, Projetos e Empreitadas foram desenvolvidas um conjunto de outras reabilitações e intervenções que todas juntas somam algumas dezenas de milhares de euros. Com vista ao futuro quadro estratégico comunitário, estão a ser desenvolvidos trabalhos com vista à obtenção de algum financiamento. Se isso vier a acontecer pretende-se, por exemplo, ampliar a Escola de Aires e, no que diz respeito ao Pinhal Novo, não foi ainda abandonada a possibilidade de seis novas salas de pré-escolar no Terrim.

_ Limpeza de terrenos – (Questão colocada pelo Sr. Vereador Pedro Taleço) – O Sr. Presidente refere que a limpeza de terrenos é uma enorme preocupação. A CMP expede, nesta altura, centenas de notificações para que os proprietários procedam à limpeza dos terrenos ou que a CMP os substitua ou aplique coimas. Contudo, essas tramitações são sempre complexas e mais difícil se torna quando as propriedades já mudaram de mãos três ou quatro vezes. Destaca que, no entanto, fruto do trabalho do ano anterior, alguns proprietários já se anteciparam à notificação.

Acrescenta que, no espaço público, a CMP está a braços com infestantes um pouco por todo o lado uma vez que se tinha acabado de aplicar química na primavera mas choveu copiosamente. Para além disso, existem limitações na utilização de químicas, fruto de nova legislação. Pese embora o grande esforço que está a ser levado a cabo, o espaço público não se encontra nas condições desejáveis.

Esclarece que, contrariamente ao que acontece em outras juntas de freguesia fruto da delegação de competências, no caso em apreço a responsabilidade não recai sobre a Junta de Freguesia, mas sim sobre a CMP, pelo que se alguém deve ser alvo de críticas é a Câmara Municipal.

– Parque Venâncio Ribeiro da Costa, em Palmela – (Questão colocada pelo Sr. Vereador Pedro Taleço) – O Sr. Presidente alude que a questão colocada é muito pertinente. A refuncionalização dos antigos sanitários visou dar outro uso ao espaço. Contudo, existem sanitários no Parque Venâncio Ribeiro da Costa que, durante o dia, a pedido das pessoas pode ser utilizado. Trata-se do balneário dos trabalhadores e que se encontra aberto ao público sempre que existem iniciativas. As iniciativas que são licenciadas são obrigadas a colocar sanitários de aluguer.

Informa que o assunto foi alvo de discussão recente, e procura-se encontrar uma solução que poderá passar pela eventual refuncionalização de outro espaço, a construção ou eventualmente um sistema com moeda.

– Praceta José Coelho Possante, em Pinhal Novo – (Questão colocada pela Sra. Vereadora Cristina Rodrigues) – O Sr. Presidente refere que, infelizmente, aquele espaço não é público. Trata-se de um lote que faz parte da operação de loteamento que data dos anos 80 e cujo alvará foi aprovado para um uso de comércio e serviços. A empresa construtora abandonou a ideia e a Autarquia tem, desde 2009, insistentemente contactado a empresa no sentido de proceder a uma permuta com outros terrenos que são propriedade da CMP e que têm um elevado potencial de construção. Contudo, a empresa sempre declinou essa permuta.

Neste momento, há uma administração de insolvência a quem foi proposto o mesmo, mas que até à data não se pronunciou, pois o que pretende é a venda do terreno. No entanto, a Autarquia não possui verba para adquiri-lo.

Esclarece que, caso houvesse intenção do proprietário em erigir ali uma construção, ele teria direito a fazê-lo desde que o destinasse a comércio e serviços. Contudo, pelas presentes regras, uma parte significativa do lote passa a ser cedência para domínio público, sendo que a construção ocuparia cerca de 30% a 40%.

Conclui, por informar, que o que se pretende para o espaço é criar uma bolsa de estacionamento, com alguma arborização, pois essa é a pretensão dos munícipes para o local.

DESPACHOS EMITIDOS PELO SR. DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL E PELA SRA. CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA:

No âmbito do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional / Divisão de Administração Geral / Secção de Licenciamentos:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 2, dos processos despachados pelo Sr. Diretor do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional, Dr. Paulo Pacheco e pela Sra. Chefe da Divisão de Administração Geral, Dra. Pilar Rodriguez, no período compreendido entre 18.06.2014 e 01.07.2014.

DESPACHOS EMITIDOS PELA SR.ª VEREADORA FERNANDA PÉSINHO, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA:

No âmbito da Divisão de Administração Urbanística:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 3, dos processos despachados pela Sr.ª Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho, no período compreendido entre 17.06.2014 e 27.06.2014.

CONTABILIDADE:

Pagamentos autorizados:

O **Sr. Presidente** dá conhecimento à Câmara que foram autorizados pagamentos, no período compreendido entre os dias 18.06.2014 a 01.07.2014, no valor de 2.053.226,89 € (dois milhões, cinquenta e três mil, duzentos e vinte e seis euros e oitenta e nove cêntimos). A lista dos pagamentos autorizados fica anexa a esta ata como documento n.º 4.

TESOURARIA:

Balancete:

O **Sr. Presidente** informa que o balancete do dia 01.07.2014, apresenta um saldo de 6.126.220,18 € (seis milhões, cento e vinte seis mil, duzentos e vinte euros e dezoito cêntimos), dos quais:

- **Dotações Orçamentais** – 4.852.436,87 € (quatro milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil, quatrocentos e trinta e seis euros e oitenta e sete cêntimos);
- **Dotações Não Orçamentais** – 1.273.783,31 € (um milhão, duzentos e setenta e três mil, setecentos e oitenta e três euros e trinta e um cêntimos).

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente dá conhecimento que a Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos pontos que são enunciados no início desta ata.

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 1 – Plano anual de transportes escolares – ano letivo 2014/2015.

PROPOSTA N.º DEIS 01_14-14:

«De acordo com o Decreto-lei nº 299/84, de 05 de setembro, é da competência da Câmara Municipal organizar, gerir e financiar a rede de transportes escolares concelhia, que integra os circuitos municipais e os que são realizados por empresas transportadoras, em circuito público.

O transporte escolar abrange os alunos residentes no concelho de Palmela e destina-se a assegurar o cumprimento da escolaridade obrigatória e possibilitar a continuação dos estudos, até à conclusão do secundário.

A utilização do transporte escolar é gratuita para os alunos do ensino básico e comparticipada em 50%, pelo Município, para os do Secundário.

Apesar da Lei nº 65/2009, de 27 de agosto, estabelecer o alargamento da escolaridade obrigatória de 12 até aos 18 anos de idade, o artigo 15º, do Decreto-lei nº 176/2012, de 2 de agosto, estipula que o transporte é gratuito até final do 3º ciclo do ensino básico, para os

estudantes menores que se encontrem nas condições definidas no Decreto-lei nº 299/84, de 5 de setembro. Ou seja, para os alunos que frequentem o ensino secundário a comparticipação do transporte escolar mantém-se em 50%. No entanto, os alunos do básico que tenham atingido a maioridade perdem esse apoio.

O acesso ao transporte escolar é garantido aos alunos matriculados em estabelecimentos de ensino da sua área de residência, desde que a distância casa/escola seja igual ou superior a 2 Km, conforme estipulado em regulamento municipal.

Neste sentido, e de acordo com o previsto no art.º 4º, do Decreto-lei nº 299/84, de 5 de setembro, foi elaborado o plano de transportes escolares, para o ano letivo 2014/2015, que se apresenta.

O plano prevê que sejam abrangidos pela rede de transportes escolares 2.617 alunos, dos quais 2.296 serão transportados em circuitos públicos e 321 em circuitos municipais.

Atendendo à dimensão do concelho e à fraca acessibilidade verificada nas zonas rurais, estima-se que o custo total da rede de transportes escolares atinga o valor de € 1.335.802,50 (um milhão, trezentos e trinta e cinco mil, oitocentos e dois euros e cinquenta cêntimos).

De acordo com a alínea e) do nº 1, do art.º 4º e o art.º 25º, do Decreto-lei nº 7/2003, de 15 de janeiro, o Conselho Municipal de Educação, reunido em 19 de junho 2014, pronunciou-se favoravelmente sobre o plano de transportes escolares para o ano letivo de 2014/2015.

Face ao exposto, e de acordo com a alínea gg), do nº 1, do art.º 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, **propõe-se** a aprovação do plano de transportes escolares para o próximo ano letivo, documento em anexo e que faz parte integrante desta proposta.»

Sobre a proposta de *Plano anual de transportes escolares – ano letivo 2014/2015* numerada *DEIS 01_14-14* intervêm:

A **Sra. Vereadora Natividade Coelho** elogia o nível do detalhe da proposta, bem como do respetivo anexo. Realça que, no caso em apreço, não se trata de uma transferência de competências mas de incompetências, do Poder Central para o Poder Local e que isso já se verifica há três décadas. Considera que é nestes casos específicos que se percebe que as questões do Território se interligam com tudo, daí que seja errado juntar freguesias, eliminar equipamentos como as escolas, pois isso acarreta problemas financeiros e problemas para as crianças e respetivas famílias.

Destaca, pela negativa, os elevadíssimos preços mensais dos títulos de transporte (passes). Por exemplo, a média dos preços suportados pela Autarquia ronda os 90 € (noventa euros) por criança. Para além disso, continua a haver discrepâncias incompreensíveis no Padre Nabeto em que crianças pagam 26,70 € (vinte e seis euros e setenta cêntimos) enquanto outras 38,10 € (trinta e oito euros e dez cêntimos).

Comparando a presente proposta com a do ano anterior constata duas situações:

- Primeiro, o apoio a alunos portadores de deficiência deixou de ter a expressão que tinha;
- Segundo, a opção do aluguer de viaturas com vigilância, quando anteriormente a vigilância estava autonomizada.

Acrescenta que em passes a Autarquia gasta mais de 836.000 € (oitocentos e trinta e seis mil euros) e nalguns casos não paga a totalidade, mas apenas 50%. Em termos comparativos, são mais 35.000 € (trinta e cinco mil euros) que o ano passado. Pelo exposto, considera injustificável que a Autarquia só seja ressarcida em 120.894 € (cento e vinte mil, oitocentos e noventa e quatro euros). Sublinha que tal facto é chocante.

Solicita esclarecimentos sobre a evolução da aprovação de dois pareceres, por parte da Junta Metropolitana de Lisboa (JML) e da Autarquia, sobre a questão do passe social intermodal que foi denunciado pela empresa dos Transportes Sul do Tejo, S.A. e a alteração do sistema de tarifário em toda a Área Metropolitana de Lisboa.

O **Sr. Presidente** refere que comunga também da indignação demonstrada, acrescentando que existe uma ausência de uma verdadeira política de transportes públicos no país, pois as questões estão estruturadas de modo a que se fique nas mãos de um conjunto de operadores privados, sendo que não há entidades reguladoras para o setor. Por outro lado, a Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa (AMTL) só existe no papel, pois não possui verbas atribuídas pelo Governo para funcionar, e o Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P. (IMT, I.P.) continua a ter mais poderes que os primeiros, o que não deveria acontecer.

Assim sendo é impossível fazer estudos de mobilidade, fazer a utilização da bilhética sem contacto eletrónico para saber quem é que transporta quem, porque só assim é que se pode atribuir as indemnizações compensatórias justas a cada operador.

Quanto à problemática dos tarifários informa que não teve evolução até ao momento. Contudo vai ocorrer amanhã uma reunião, a primeira do mandato, para análise da questão. Espera que se consiga atingir um consenso entre os diversos municípios para que depois se possa negociar com o Sr. Secretário de Estado dos Transportes que tem sido um pouco intransigente na questão do plano estratégico de transportes.

Quanto aos preços, não há nada a fazer, pois são os preços que a Autarquia está obrigada a pagar dada a inexistência de alternativas. Existem alguns circuitos que deveriam ser feitos pelos operadores que têm a concessão, mas o que se assiste é que os circuitos que não dão lucro são simplesmente suprimidos ou a oferta drasticamente reduzida. Acrescenta que, conforme explanado na Comunicação Social, aquilo que está a ser desenhado é serem os municípios a pagar exclusivamente aos operadores privados.

Quanto à oferta de transporte no Concelho de Palmela é notoriamente insuficiente, sendo que o Município vê-se obrigado a ter a sua própria rede de transportes, utilizando as suas viaturas com vigilantes na mobilidade interna que se têm disponibilizado para prestar esse serviço. No último concurso optou-se por incluir a vigilância no pacote, porque depois é mais complicado se for uma empresa à parte. Crê que essa opção também é vantajosa para os vigilantes, pois a sua situação de serviço deixa de ser precária.

A despesa que o Município despende não deixa de ser um investimento, porque promove a inclusão e apoia as famílias, porque são transportadas mais crianças do que aquelas que a Lei obriga. Mesmo assim continua a ser uma despesa muito grande para as famílias, dado as tarifas praticadas, mas é sobretudo um enorme encargo/investimento que o Município tem de fazer face uma vez que não existem alternativas.

Quanto aos alunos portadores de deficiência, segundo a última portaria ou despacho, a responsabilidade passou das autarquias para as escolas, sendo que estas contratualizam e o Ministério da Educação e Ciência (MEC) efetua o pagamento diretamente às escolas.

A pedido do **Sr. Presidente**, a **Chefe de Divisão de Educação e Intervenção Social (DEIS)** informa que os alunos que frequentam a Unidade de Ensino Estruturado de Aires, independentemente da distância da sua residência, é o MEC que suporta os custos com o transporte, sendo que é o agrupamento dessa área que se encontra encarregue do processo. Anteriormente, o MEC só se responsabilizava pelos alunos do 2.º e 3.º ciclo, mas a partir deste ano passaram a incluir os do 1.º ciclo e os do pré-escolar. Acrescenta que o plano de transportes escolares é uma estimativa, pois o ano passado a questão dos vigilantes não aparecia.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, e em minuta.

DIVISÃO DE CULTURA, COMUNICAÇÃO E TURISMO

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 2 – Atribuição de apoio financeiro às associações culturais do concelho com formação musical.

PROPOSTA N.º DCCT 01_14-14.

«A 4 de junho do corrente ano, foi aprovado por esta Câmara, apoio financeiro às escolas de música de associações culturais do concelho. Por lapso, foi incluída na proposta a Sociedade Filarmónica Palmelense “Loureiros”, considerando a existência de impedimento por parte de

eleito, simultaneamente membro de órgão social da coletividade. No sentido de sanar a situação, apresenta-se nova proposta dirigida exclusivamente a esta Sociedade.

Tendo presente a forte implantação da música no nosso concelho e a importância que ela representa para o bem-estar das populações e para o seu desenvolvimento cultural, desde há muito que a Câmara Municipal de Palmela tem apoiado as estruturas associativas do concelho que desenvolvem atividade nesta área.

Estes apoios tiveram expressão na atribuição de subsídios às escolas de música das associações que promovem formação musical, das quais se destacam as sociedades filarmónicas pelo seu inestimável trabalho, sobretudo junto dos jovens, na promoção e divulgação desta arte, garantindo que o concelho de Palmela apresente um elevado número de bandas filarmónicas.

Em razão das conhecidas limitações financeiras da Autarquia, este apoio foi interrompido em 2011.

Tem sido preocupação do Município contribuir para a dinâmica cultural e associativa do concelho e das estruturas que promovem atividades, em particular as que se dedicam à formação artística, nas diversas modalidades.

Nesse sentido e ponderadas as possibilidades de retomar o apoio financeiro, considera-se que pelo trabalho na área da formação musical, devem ser apoiadas financeiramente as associações que, de forma continuada, mantêm em funcionamento escolas de formação musical dedicadas à manutenção dos seus agrupamentos musicais.

Assim, em conformidade com o disposto na alínea u) do n.º 1, do art.º 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **propõe-se** a atribuição de apoio financeiro, no valor de € 1.100,00 (mil e cem euros), destinado ao funcionamento da escola de música da Sociedade Filarmónica Palmelense “Loureiros”.»

SAÍDA DA REUNIÃO DE UM VEREADOR

Nesta altura, ausenta-se da reunião o Sr. Vereador Luís Miguel Calha.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, e em minuta.

ENTRADA NA REUNIÃO DE UM VEREADOR

Nesta altura, a reunião volta a ser participada pelo Sr. Vereador Luís Miguel Calha

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

DIVISÃO DE FINANÇAS E APROVISIONAMENTO

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 3 – Adrepal, Lda. – Transmissão do património imobiliário – prorrogação do prazo para outorga do contrato definitivo.

PROPOSTA N.º DADO_DFA 01_14-14.

«A 30 de junho de 2011, a Adrepal, Lda. e a Câmara Municipal de Palmela celebraram um contrato promessa de compra e venda referente à transmissão do património imobiliário dessa firma, composto por dois prédios rústicos sitos em “Cantos”, freguesia de Quinta do Anjo, encontrando-se incluída na promessa a transmissão de todas as benfeitorias neles realizados, em conformidade com deliberação da Assembleia Municipal de Palmela de 24/02/2011.

Nos termos do referido contrato promessa de compra e venda, o contrato definitivo deveria ser outorgado até ao final do primeiro semestre do presente ano de 2014.

No entanto, a Adrepal, Lda. vem, através de ofício, reconhecer que não lhe será possível transmitir, na data prevista, os prédios livres de ónus e encargos, uma vez que não lhe foi possível liquidar, na sua totalidade, os empréstimos contraídos e por consequência, libertar as hipotecas que oneram os referidos imóveis.

A empresa acredita que, com a implementação do novo plano estratégico para o Espaço Fortuna que permitirá a reestruturação da sua atividade, em consonância com as potencialidades do espaço, e as expectativas de recuperação económico-financeira do País, poderá ser possível liquidar a totalidade das responsabilidades financeiras assumidas, no prazo máximo de cinco anos, desonerando assim os imóveis, facto que lhe permitirá proceder à escrituração dos terrenos, com estes livres de quaisquer ónus ou encargos.

Face ao exposto, **propõe-se** que a Câmara Municipal de Palmela delibere submeter à Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto na alínea u) do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação do pedido de prorrogação do prazo, para um máximo de cinco anos, para outorga do contrato definitivo de transmissão do património imobiliário da firma Adrepal, Lda. composto por dois prédios rústicos e respetivas benfeitorias, sitos em “Cantos”, na freguesia de Quinta do Anjo, inscritos na matriz cadastral sob os artigos 17 e 18, secção U, da mencionada freguesia de Quinta do Anjo.»

Sobre a proposta de Adrepal, Lda. – Transmissão do património imobiliário – prorrogação do prazo para outorga do contrato definitivo numerada DADO_DFA 01_14-14 intervêm:

A **Sra. Vereadora Natividade Coelho** refere que com a presente proposta pedem-se mais cinco anos para a concretização de uma aquisição de património que foi decidida em dois mil e onze. Lembra que o Executivo demorou sete suprimentos e três anos até chegar à conclusão de que seria a aquisição a melhor solução. Recorda que:

- Em 03/03/2010 foi apresentada uma proposta que dizia em parte: *"(...) no início deste ano (que corresponderia também ao início de um novo mandato autárquico) seria indispensável uma análise mais aprofundada da situação da ADREPAL e dos [objetivos] e estratégias de intervenção municipal..."*, que também resultou *"uma noção muito clara da não sustentabilidade do [atual] modelo de gestão do Espaço Fortuna Artes e Ofícios"* e que *"a CMP entende dever assumir uma mudança qualitativa da sua intervenção no processo de salvaguarda e valorização do"* referido espaço;
- Em 17/11/2010, conforme Ata n.º 24/2010, a proposta referia em parte: *"Neste contexto, torna-se indispensável proceder a uma profunda revisão dos [objetivos] definidos para o Espaço Fortuna Artes e Ofícios, promover a suspensão imediata de todas as [atividades] que não asseguram níveis razoáveis de [autofinanciamento] e uma reestruturação da ADREPAL..."* e que o projeto seria reavaliado com uma maior intervenção da Autarquia;
- Em 16/02/2011 a proposta apresentada dizia que: A *"aquisição tem a virtualidade de permitir à ADREPAL pagar a totalidade da dívida, incluindo a dívida bancária, e de reestruturar a sua [atividade] a partir das reais possibilidades do Espaço"* e que os *"suprimentos prestados pelo Município no valor de 340.000,00 €, deverá considerar-se a conversão desses suprimentos, em sinal e primeiro pagamento do preço"*.

Pelo exposto, considera que, após aqueles anos, tomou-se a consciência que era preciso haver uma intervenção mais efetiva da CMP, sendo que sempre houve representação da Autarquia, desde técnicos municipais a Vereadores, pelo que não se está a falar de uma instituição à qual a Câmara Municipal é alheia.

Acrescenta que anteriormente ao Contrato de Promessa de Compra e Venda a Autarquia avançou com 340.000 € (trezentos e quarenta mil euros) dos suprimentos. Depois, na altura do Contrato de Promessa de Compra e Venda deveriam ter sido atribuídos mais 250.000 € (duzentos e cinquenta mil euros) à ADREPAL. Pelo exposto, questiona se a cláusula 3.ª do Contrato de Promessa de Compra e Venda foi cumprida.

Tendo sido cumprida, considera uma falta de respeito haver uma carta da ADREPAL, datada de 17/06/2014, informando a Autarquia que não tem condições de concretizar o negócio, quando há um Contrato de Promessa de Compra e Venda que prevê, não havendo incumprimento da CMP, a conclusão do negócio para o primeiro semestre de dois mil e catorze.

Por razões que podem ser louváveis, não lhe parece contudo que se esteja perante uma articulação correta, pois são os próprios serviços técnicos da Autarquia que chegam a afirmar,

no seu parecer técnico, que não é facultada informação complementar, em particular de natureza financeira, que permita ao Município estabelecer de forma fundamentada um novo prazo para a celebração da escritura, sendo por isso recomendável requerer a ADREPAL essa informação.

Assim sendo, neste momento, ou há um conflito terrível entre a CMP e a ADREPAL, e está a ser sonegada informação ao Sr. Vereador Luís Miguel Calha, ou é altamente insultuoso a ADREPAL vir agora dizer que não têm condições e, desse modo, obrigar a Autarquia à implementação de um novo plano estratégico. Quando se fala que, por motivos financeiros, a Autarquia não pode acudir a certas necessidades básicas no concelho, é incompreensível a existência de «elefantes brancos», como é o caso. Considera que se está perante um jogo, no sentido de a CMP fazer parte de uma sociedade sem ter conhecimento do que lá se passa, sendo tal facto inadmissível.

Refere que está ciente que no contrato se lê que a CMP compra livre de quaisquer ónus, encargos ou responsabilidades, mas a verdade é que pode não ser assim, pelo que pergunta quais são na realidade os ónus, os encargos e as hipotecas que existem neste momento com a banca. Em alternativa, a Autarquia efetua a aquisição deduzindo o que falta pagar.

Por tudo o que foi exposto, o PS não vota favoravelmente a presente proposta.

O **Sr. Vereador Eduardo Ferro** refere que a maior parte das questões que queria suscitar já o foram pela Sra. Vereadora Natividade Coelho. Acrescenta que considera que este investimento já vai longo e sem o retorno qualitativo e é notável que, volvidos três anos, se venha falar dum plano estratégico quando, durante esse período, nada foi feito para dinamizar de forma qualitativa aquele espaço que considera nobre e com extremas potencialidades.

A **Sra. Vereadora Cristina Rodrigues** refere que inicialmente parecia que a CMP ainda poderia fazer qualquer coisa e, desse modo, salvar «a honra do convento». Contudo, apercebeu-se agora que o valor dos suprimentos já ascende a 1.090.000 € (um milhão e noventa mil euros), sendo que o valor da compra prometido é de 1.292.000 € (um milhão, duzentos e noventa e dois mil euros).

Considera que não é muito difícil saber quais são os ónus uma vez que eles estão registados na Conservatória do Registo Predial, pelo que bastará tirar uma certidão. Perante essa informação, perspetivam-se dois cenários:

- Primeiro, ou os ónus e encargos que oneram esses dois prédios rústicos são inferiores ao preço que está prometido no Contrato de Promessa de Compra e Venda, e então bastava fazer o abatimento desse valor do ónus e avançava-se já para a aquisição;
- Segundo, ou os ónus e encargos são muito superiores ao preço de aquisição constante no Contrato de Promessa de Compra e Venda, como certamente será o caso, e então a Autarquia vai aguardar mais quase cinco anos para que o espaço passe para a esfera

da Câmara, o que manifestamente não é um grande negócio em virtude dos montantes já avançados.

Na sua opinião, a questão não é o negócio, porque esse está feito. O que importa é ter conhecimento do montante dos ónus e dos encargos.

O **Sr. Presidente** salienta a importância daquele espaço e do projeto, e que dever-se-á também reconhecer a evolução que ele teve no último ano, em particular, as benfeitorias efetuadas e a maior utilização e dinamização do espaço.

Quanto a montantes, refere que aquele património vale muito mais que o valor já mencionado, e poderá ainda ser muito mais valorizado, lamentando que o Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida (POPNA) não se encontre desbloqueado, pois se o PARQUE Natural da Arrábida tivesse decidido sobre uma proposta feita à época de inclusão daquela faixa de terreno no perímetro urbano de Quinta do Anjo, a Autarquia tinha muitos parceiros investidores interessados.

Alude que inicialmente os Vereadores do PS aplaudiram dizendo que o espaço era suprásumo, e que era sustentável com a venda de azulejos, das visitas das escolas e de outras iniciativas. Felizmente houve aspetos que se concretizaram e continuam a ter essa valia mas, infelizmente, um conjunto de outras situações, nomeadamente, a conjuntura económica e as dívidas do anterior proprietário vieram a recair na sociedade, afetando o projeto. A verdade é que houve um conjunto de objetivos que, tendo sido atingidos, não produziram os resultados financeiros estimados.

No plano jurídico, a Autarquia não podia fazer a escritura, sendo que a Maioria em Exercício considera que a decisão que melhor defende o interesse público é dar tempo à ADREPAL, pois não se pretende que a Autarquia suporte ónus ou encargos. Acrescenta que nós últimos tempos a Autarquia fez uma reavaliação global do projeto e uma profunda revisão do mesmo. Isso foi visível através das votações que a CMP fez para que a ADREPAL avançasse com rescisão de contratos com trabalhadores, para que honrasse os compromissos de pagamento à Segurança Social e para que honrasse com os pagamentos das prestações relativamente ao anterior proprietário. Se isso não tivesse sido feito, a situação financeira da ADREPAL seria muito pior.

Quanto aos suprimentos, foi uma boa opção transformá-los em sinal, porque de outra forma estávamos perante quase um regime de indemnizações e de subsídios enquanto que assim isso é transformado em património que tem de vir à posse da Câmara. Futuramente a Autarquia até pode deixar de fazer parte da ADREPAL, mas o património é municipal e poderá até ser transformado numa empresa municipal. Mas antes, há que clarificar a situação.

Quanto à cláusula 3.^a, informa que a mesma foi cumprida e os suprimentos foram pagos.

Salienta pela positiva a referência que o Sr. Vereador Eduardo Ferro fez ao usar a expressão "*investimento*", pois se não fosse dessa forma não era um investimento e a Autarquia já teria

perdido tudo aquilo que andou a tentar construir durante anos em termos de modelo trabalho, sendo que ficou o património, ficou a aprendizagem, ficou outro património imaterial que aquele espaço construiu de referência para o concelho e para a região.

Não obstante os condicionalismos já referidos que impedem outro tipo de atividades que poderiam ser rentáveis na área do Turismo e do lazer, entre outras, foram encontradas outras potencialidades sendo por isso necessário dar tempo. O prazo pode ir até cinco anos, o que não invalida que não se possa resolver antes, pois a Autarquia já teve investidores estrangeiros interessados, mas se calhar depois seria necessário alienar a parte que detém, e não lhe parece que seja isso que o Município queira fazer.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que desde a primeira hora tem-se procurado sustentar o projeto que levou à constituição da ADREPAL. No fundo afirmar o Espaço Fortuna como um pólo educativo, cultural, turístico que seja uma referência na região.

Acrescenta que houve a intenção da Autarquia de salvaguardar o interesse público tendo em conta o investimento que foi canalizado com a aquisição do património imobiliário do Espaço Fortuna. A Crise Económica que se instalou veio colocar dificuldades acrescidas de gestão e de dificuldades ao nível da própria autossuficiência, pois estava assente essencialmente na produção cerâmica e de azulejaria. Apesar disso, a ADREPAL foi cumprindo com os seus principais compromissos (fiscais e os encargos com os trabalhadores), mas não lhe foi possível em função da situação económica adversa do país liquidar na totalidade os empréstimos.

Quanto ao plano estratégico referido destaca que trata-se de uma nova visão reajustada ao novo paradigma que se vive e que assenta nos seguintes eixos estratégicos:

- Afirmar aquele equipamento como Centro de Formação de Artesanato por excelência, do concelho e da região, vocacionado para olaria e azulejaria e que ministre cursos de formação para diferentes públicos-alvo, desde crianças a idosos;
- Maior reforço na ligação às escolas da região;
- Criação de novos canais de parceria com autarquias e com instituições de carácter cultural, recreativo, desportivo, turístico, da AML mas não só, numa visão mais ambiciosa que contemple também um conjunto variado de projetos, alguns ligados à própria sensibilização, educação ambiental ou atividades de verão para as crianças;
- Ligação ao tecido económico da região com um conjunto de atividades que se pretende que sejam promovidas ao nível de seminários/reuniões e de iniciativas que atraiam as empresas ao espaço e que o tornem conhecido, valorizando-o e que, naturalmente, tragam receita;
- Afirmar o espaço como um centro de promoção turístico da região onde possam ser apresentados produtos regionais e organizados eventos que vão desde os passeios pedestres ao BTT. No fundo pretende-se criar um conjunto de atividades com interesse

turístico que possam também ser suscetíveis de contribuir para alavancar a dinamização do espaço;

- Refuncionalizar alguns espaços daquele equipamento através da criação do Pátio das Artes, que mais não é que um espaço de acolhimento dos artistas, dos artesãos do concelho e da região e que possam ter ali o seu espaço e realizar iniciativas, criar dinâmicas no sentido de atrair outros artistas, artesãos, pintores, escultores e que no fundo possam contribuir para que o espaço seja cada vez mais frequentado;
- Implementação de uma grande estratégia de comunicação que possa dar mais visibilidade ao projeto

Realça que é preocupante a situação económica do país e das pessoas, mas informa que há progressos pois os primeiros meses do ano revelaram sinais positivos animadores e que dão esperança para que se verifique uma evolução favorável.

Relativamente aos ónus e encargos que estão em causa rondam os 600.000 € (seiscentos mil euros), sendo que está a ser renegociado com as instituições bancárias esse valor.

Conclui por afirmar que é preciso ser criativo e ter alguma capacidade de inovação, sair do que é convencional. A situação está a ser acompanhada e o retrato financeiro mais elaborado está a ser trabalhado.

A **Sra. Vereadora Cristina Rodrigues** questiona se os 600.000 € (seiscentos mil euros) de encargos já existiam aquando da data da celebração do Contrato de Promessa de Compra e Venda (junho/2011).

O **Sr. Presidente** informa que sim e que eram até superiores. Tal significa que a ADREPAL vai pagando.

A **Sra. Vereadora Cristina Rodrigues** destaca que nunca esteve em causa o plano estratégico para o local e as suas potencialidades. O que está em causa é o contrato, pois o plano estratégico pode ser bom mas o contrato é mau. O Contrato de Promessa de Compra e Venda é alheio ao plano estratégico pois apenas diz respeito a dois prédios rústicos, com as construções que lá estiverem edificadas. E, ou isso passa já para a CMP e há aqui um prejuízo de 400.000 € (quatrocentos mil euros), ou então há que esperar até cinco anos e daqui a cinco anos aqueles encargos podem ser maiores.

O **Sr. Presidente** salienta que não se pretende que a Autarquia suporte ónus ou encargos ou outras despesas, pelo que é mais positivo para o interesse público conceder tempo para que a ADREPAL seja financeiramente saneada. Recorda que a ADREPAL não é participada a 100% pela CMP e que as coisas não podem ser ditas de ânimo leve. Fazer uma escritura neste momento de uma coisa com ónus é um risco para o município, pois se a ADREPAL entrar em

insolvência, a câmara não fica com nada. Por isso é preferível dar tempo para que as coisas se realizem.

A **Sra. Vereadora Natividade Coelho** refere que para falarmos do Sr. Fortuna tínhamos que falar de outras pessoas que estiveram a gerir *a posteriori* e o PS não quer ir por aí, pois não está disponível para fazer lavagem de roupa suja. O interesse é decidir o que é melhor.

O **Sr. Presidente** refere que, para a Maioria em Exercício, o interesse público e o interesse do Município fica salvaguardado com esta proposta.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com o voto contra dos Srs. Vereadores Natividade Coelho, Pedro Taleço, Cristina Rodrigues e Eduardo Ferro, assumindo o Sr. Presidente o voto de qualidade. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE AMBIENTE E GESTÃO OPERACIONAL DO TERRITÓRIO

GABINETE DE ESTUDOS, PROJETOS E EMPREITADAS

Pela **Sra. Vereadora Adília Candeias** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 4 – Empreitada de “Construção da ciclovía envolvente Poente ao Pinhal Novo” – 2.º contrato adicional.

PROPOSTA N.º DAGOT_GEPE 01_14-14.

«A empreitada de “Construção da ciclovía envolvente Poente ao Pinhal Novo” foi adjudicada ao consórcio das firmas Somove-Construções, Lda. e Urbehydraulic, Lda. a 21 de agosto de 2013, tendo sido consignada em 29 de novembro de 2013.

Com o decorrer dos trabalhos constatou-se algumas alterações no terreno relativamente ao momento em que o projeto foi elaborado, bem como condições não previsíveis em fase de projeto que exigem medidas adicionais às projetadas e que são imprescindíveis para a prossecução da obra. Essas medidas estão refletidas na informação técnica anexa à presente proposta.

Assim, em resposta ao solicitado pelos serviços, o adjudicatário enviou à Câmara Municipal uma proposta de preços para realização dos trabalhos a mais (que faz parte integrante do presente documento), cujo valor é de 25.444,30 euros (vinte e cinco mil, quatrocentos e quarenta e quatro euros e trinta cêntimos), aos quais acresce o I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo a mesma considerada aceitável pelos serviços, face aos preços praticados no mercado, conforme informado na informação técnica 8842/2014.

Quadro resumo:

DESIGNAÇÃO DOS TRABALHOS	VALOR (%)	(%)
Trabalhos a mais com preços contratuais	12.741,11 €	4,26
Trabalhos a mais com preços novos	12.217,95 €	4,09
Trabalhos em suprimento de erros e omissões com preços contratuais	4.572,02 €	1,53
Trabalhos em suprimento de erros e omissões com preços novos	1.318,80 €	0,44
Trabalhos a menos	-5.405,58 €	-1,81
TOTAL	25.444,30 €	8,51

Considerando que:

- Os trabalhos acima referidos são necessários à execução da empreitada na sequência de circunstâncias imprevistas de acordo com a alínea a) do nº 1, do artigo 370º e do nº 1, do artigo 376º do Código dos Contratos Públicos, aprovado em anexo ao Decreto-lei 278/2009, na sua redação atual;
- Os trabalhos acima referidos não podem ser técnica ou economicamente separados do objeto do contrato sem inconvenientes graves para o dono da obra e são estritamente necessários à conclusão da empreitada, de acordo com alínea b) do nº 1, do mesmo artigo;
- O preço atribuído aos trabalhos a mais é inferior ao valor referido na alínea b) do artigo 19º, do Código dos Contratos Públicos e não ultrapassa 40% do preço contratual, de acordo com o estipulado na alínea c) do nº 2, do artigo 370º, do Código dos Contratos Públicos;
- O preço atribuído aos trabalhos em suprimento de erros e omissões é inferior a 5%, não ultrapassando assim o limite referido no nº 3, do artigo 376º, do Código dos Contratos Públicos;

Propõe-se, nos termos da alínea b) do nº 1, do artigo 18º, do Decreto-lei 197/99, de 8 de junho:

A aprovação dos trabalhos a mais e a menos e para suprimento de erros e omissões no valor de 25.444,30 € (vinte e cinco mil, quatrocentos e quarenta e quatro euros e trinta cêntimos), aos quais acresce o I.V.A., à taxa legal em vigor;

A formalização dos trabalhos a mais e para suprimento de erros e omissões, através da outorga de um contrato adicional com o consórcio das firmas Somove-Construções, Lda. e Urbehydraulic, Lda., no valor de 25.444,30 € (vinte e cinco mil, quatrocentos e quarenta e quatro euros e trinta cêntimos), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor.

O encargo da despesa deverá ser considerado no código do plano 2.4.6.01.002 e na rubrica orçamental 0303/07010405 do orçamento em vigor.»

Sobre a proposta de *Empreitada de "Construção da ciclovia envolvente Poente ao Pinhal Novo" – 2.º contrato adicional numerada DAGOT_GEPE 01_14-14* intervêm:

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** informa que o PS vai votar favoravelmente a proposta, uma vez que parte dos trabalhos que estão plasmados na proposta estavam ocultos em infraestruturas abandonadas e também porque os suprimientos de erro e omissão são residuais - resumem-se a 1.300 € (mil e trezentos euros). Considera que daquilo que está discriminado não parece que fosse detetável ou que pudesse ter sido antecipado. Acrescenta que ocorreram danos provocados pela empresa concessionária e que espera que a mesma assuma as suas responsabilidades.

A **Sra. Vereadora Adília Candeias** informa que a Autarquia está a adotar as diligências necessárias para esclarecer essas questões que, pese embora sejam pouco visíveis, vão ser aferidas.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e em minuta.

DIVISÃO DE CULTURA, COMUNICAÇÃO E TURISMO

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 5 – Atribuição de apoio financeiro às associações culturais do concelho com formação musical.

PROPOSTA N.º DCCT 02_14-14.

«A 4 de junho do corrente ano, foi aprovado por esta Câmara, apoio financeiro às escolas de música de associações culturais do concelho. Por lapso, foi incluída na proposta a Sociedade Filarmónica Palmelense "Loureiros", considerando a existência de impedimento por parte de eleito, simultaneamente membro de órgão social da coletividade. No sentido de sanar a situação, apresenta-se de novo a proposta, sem inclusão da referida sociedade.

Tendo presente a forte implantação da música no nosso concelho e a importância que ela representa para o bem-estar das populações e para o seu desenvolvimento cultural, desde há muito que a Câmara Municipal de Palmela tem apoiado as estruturas associativas do concelho que desenvolvem atividade nesta área.

Estes apoios tiveram expressão na atribuição de subsídios às escolas de música das associações que promovem formação musical, das quais se destacam as sociedades filarmónicas pelo seu inestimável trabalho, sobretudo junto dos jovens, na promoção e divulgação desta arte, garantindo que o concelho de Palmela apresente um elevado número de bandas filarmónicas.

Em razão das conhecidas limitações financeiras da Autarquia, este apoio foi interrompido em 2011.

Tem sido preocupação do Município contribuir para a dinâmica cultural e associativa do concelho e das estruturas que promovem atividades, em particular as que se dedicam à formação artística, nas diversas modalidades.

Nesse sentido e ponderadas as possibilidades de retomar o apoio financeiro, considera-se que pelo trabalho na área da formação musical, devem ser apoiadas financeiramente as associações que, de forma continuada, mantêm em funcionamento escolas de formação musical dedicadas à manutenção dos seus agrupamentos musicais.

Assim, em conformidade com o disposto na alínea u) do n.º 1, do art.º 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **propõe-se** a atribuição de apoios financeiros, no valor global de 3.900,00 € (três mil e novecentos euros), destinado ao funcionamento das escolas de música das associações abaixo identificadas:

- Sociedade Filarmónica Humanitária – 1.100,00 €;
- Sociedade Filarmónica União Agrícola – 1.100,00 €;
- Sociedade de Instrução Musical – 1.100,00 €;
- Associação dos Amigos Juntos Pela Orquestra Nova de Guitarras – € 600,00.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e em minuta.

PONTO 6 – Protocolo de Cooperação entre a Câmara Municipal de Palmela e a Sociedade Filarmónica Humanitária (FISP – Festival Internacional de Saxofone de Palmela).

PROPOSTA N.º DCCT 03_14-14.

«Os Protocolos de Cooperação entre a Autarquia e as estruturas na área das artes e para a promoção de eventos culturais são elementos fundamentais do seu relacionamento, e visam estabelecer relações aprofundadas que contribuam para um maior desenvolvimento cultural e local.

É neste contexto que importa aferir da importância de estabilizar este compromisso, adequando-o às possibilidades e aos contextos de investimento municipal, perspetivando políticas públicas continuadas de apoio à Cultura, atendendo aos princípios de transparência, avaliação de resultados e alcance estratégico das parcerias a realizar.

O FISP – Festival Internacional de Saxofone de Palmela é uma produção da Sociedade Filarmónica Humanitária, Conservatório Regional de Palmela e Quarteto englobando cerca de

20 concertos (com entrada gratuita), master classes, workshops temáticos e o Concurso Internacional de Saxofone "Vitor Santos".

Decorridos quase nove anos desde a 1.ª edição, o FISP afirma-se como um evento de grande qualidade no panorama artístico e pedagógico, assumindo-se como ponto de passagem obrigatório para os amantes do saxofone e da música.

O Festival acontece em vários equipamentos culturais da Vila, designadamente na Sociedade Filarmónica Humanitária, no Cineteatro S. João, no Auditório da Biblioteca de Palmela e na Casa Mãe Rota dos Vinhos.

O Festival tem como principais objetivos:

- Uma programação diversificada e de elevada qualidade artística, contribuindo para o desenvolvimento cultural da região de Palmela, a captação e educação de novos públicos.
- Promover a criação artística e o intercâmbio entre as várias entidades artísticas presentes na programação do Festival, estimulando a apresentação de novos trabalhos.
- Desenvolver a "escola portuguesa" de saxofone, através de ações de formação ministradas por alguns dos mais prestigiados saxofonistas a nível nacional e internacional.
- A realização do Concurso Internacional de Saxofone "Vitor Santos".

O FISP projeta, para o exterior, o trabalho desenvolvido pelo Conservatório Regional de Palmela, tendo uma importante componente formativa e criativa, criando inúmeros momentos de partilha do trabalho desenvolvido no Festival com o público em geral, incluindo a programação de eventos musicais de qualidade.

Sublinha-se uma preocupação na promoção do evento, assente na criação de meios permanentes de divulgação do projeto, como é disso exemplo a página na Internet.

O FISP é um exemplo de boa prática associativa, com um nível de organização e de promoção que justifica o apoio da Autarquia.

No corrente ano, o FISP decorrerá de 14 a 19 de julho.

Assim, **propõe-se**, em conformidade com a alínea u), n.º 1, do art.º 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação do Protocolo de Cooperação com a Sociedade Filarmónica Humanitária, cuja minuta faz parte integrante da presente proposta.»

Sobre a proposta de *Protocolo de Cooperação entre a Câmara Municipal de Palmela e a Sociedade Filarmónica Humanitária (FISP – Festival Internacional de Saxofone de Palmela)* numerada DCCT 03_14-14 intervêm:

A **Sra. Vereadora Cristina Rodrigues** destaca que no ponto 2 da cláusula 5.ª do Protocolo lê-se que "a 2.ª outorgante terá de possibilitar aos estudantes de música do concelho a

oportunidade de trabalhar, conhecer, ver e ouvir alguns dos grandes nomes do mundo musical internacional.”

Refere que o Festival pretende prestigiar a região de Palmela, mas, contrariamente ao que está explícito no documento quanto aos equipamentos culturais, sugere que também sejam incluídos outros equipamentos, como por exemplo, o Auditório da Biblioteca Municipal de Pinhal Novo e a SFUA. Desconhece se esses espaços agradam à organização, mas considera que são tão bons quanto os equipamentos mencionados na proposta. A vantagem passa por captar novos públicos e talvez se conseguisse dinamizar o comércio local quer de Palmela, quer de Pinhal Novo. Para além disso ganhava-se uma maior amplitude geográfica em relação ao Festival e talvez ainda se captasse novos públicos para o ensino desses instrumentos. Conclui por informar que o PS vai votar favoravelmente a proposta apresentada.

O **Sr. Presidente** considera que a observação da Sra. Vereadora Cristina Rodrigues é generosa e bem-intencionada, mas para que não haja conflito entre Palmela e Pinhal Novo informa que o Festival foi essencialmente pensado para a Vila de Palmela.

É um facto que o concelho é uma terra de música e de músicos, de cultura e de valores mas o Festival foi pensado nesse formato e uma alteração dessa natureza nesta altura é contraproducente. Futuramente poderá ser sugerido esse alargamento, pelo que a sugestão é acolhida mas apenas para posteriores festivais.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e em minuta.

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA

Pelo **Sr. Vereador Pedro Taleço** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 7 – Atribuição de topónimos na Freguesia de Palmela. Requerentes: Grupo de Moradores da “Azinhaga de Mata Mouros”, Nídia Maria de Jesus Abreu Silva e Jorge Manuel Dias Felício. Processos nºs. TOP – 795/2014, TOP – 876/2014 e TOP-984/2014. Local: Vários – Freguesia de Palmela. Reuquerimentos nºs. 468/2014, 528/2014 e 597/2014.

PROPOSTA N.º DAU 01_14-14.

«Antes de mais importa referir que a presente proposta corresponde à atribuição de 3 (três) topónimos, na Freguesia de Palmela.

1. Através de abaixo-assinado, oportunamente encaminhado pela Junta de Freguesia de Palmela (req.to 468/2014), um grupo de 25 moradores no local de Mata Mouros – Brejos do Assa, solicitou a identificação física (colocação de placas) da “Azinhaga de Mata Mouros”, por

forma a melhorar a referência e contacto das suas habitações, com os agentes da segurança pública, emergência médica, fornecedores, familiares e amigos.

Tratando-se de um arruamento público sem topónimo, o abaixo-assinado antes referido, consubstanciou um pedido para atribuição da designação "Azinhaga de Mata Mouros" ao referido arruamento, pelo que, face às suas características maioritariamente rurais, que se coadunam com a definição de "Azinhaga" expressa na alínea g) do art. 2º do Regulamento de Toponímia do Concelho de Palmela (RTCP), em vigor, consideraram os serviços responsáveis pela Toponímia da Divisão de Administração Urbanística (DAU) desta Câmara, poder haver enquadramento para atender ao solicitado, razão pela qual se fundamentou a atribuição do seguinte topónimo:

. Azinhaga de Mata Mouros

[processo TOP-795/2014]

O arruamento em causa (representado na planta 1. anexa), com início no entroncamento entre a Rua Principal de Algeruz (E.M. 542) e a Rua do Comércio e término na Estrada Municipal, conhecida como Estrada de Palmela, em zona de limite do concelho, pertence à rede viária municipal e insere-se, predominantemente, em zona rural (o que lhe confere o seu carácter rústico), pelo que, o topónimo proposto, reflexo da cartografia existente, enquadra-se nos termos conjugados na alínea g) antes invocada e da alínea f) do n.º 1, do artigo 9º, do RTCP.

Visando valorizar a identidade do local e assumindo particular importância para os residentes, nos termos da vontade própria oportunamente manifestada, a denominação referida permitirá facilitar a identificação do arruamento, para os efeitos pretendidos, com especial atenção no que se refere aos agentes da segurança pública, emergência médica, possibilitando ainda maior eficácia na entrega postal.

2. Já através do requerimento 528/2014, a interessada, na qualidade de moradora, manifestou os transtornos causados, essencialmente ao nível da correspondência postal pela falta de topónimo do arruamento onde reside. Tratando-se de um arruamento público, os serviços de Toponímia da DAU, fundamentaram a atribuição do seguinte topónimo:

. Rua Lucílio Costa (prolongamento)

[processo TOP-876/2014]

3. Por deliberação municipal de 02/04/1997, foi atribuída a denominação "Rua Lucílio Costa" a um arruamento público que tem início no entroncamento, entre a Avenida do Palmelense Futebol Clube, a Rua da Serrinha e a Rua José Luís da Silva Camolas e com término junto à Quinta do Canastra, (representado a traço cheio laranja na planta 2. Anexa). No seguimento da Rua Lucílio Costa e até à Rua São Francisco, a seguir à passagem superior sobre a A2 (representado a traço cheio verde e na mesma planta), existe um troço de arruamento público, sem topónimo, sendo que os respetivos residentes fazem constar e têm vindo a consolidar ao

longo dos anos, nas suas moradas, a designação de "Rua Lucílio Costa", inclusive na listagem de consumo de água da Autarquia.

Assim, com fundamento na alínea c) do número 1, do artigo 9º, do RTCP, em vigor, pretende-se o prolongamento do topónimo "Rua Lucílio Costa" já existente até à Rua São Francisco (extensão final representada a ponteadado preto na planta 1. Anexa), o que consubstancia a alteração da sua extensão, aprovada em reunião pública de 02/04/1997. Garante-se assim, a par da maior eficácia na entrega postal, uma melhor identificação do local por parte dos veículos de emergência médica e civil.

Ainda, e atendendo que se trata de um topónimo já existente "Rua Lucílio Costa" (antigo atleta do Palmelense Futebol Clube), entendeu-se ser dispensável a apresentação da respetiva biografia.

4. Por último, âmbito de vários processos de renovação do Cartão de Cidadão (CC) e face à dificuldade manifestada, quer por munícipes/interessados, quer pelas próprias Conservatórias do Registo Civil, em tratar da documentação de identificação, uma vez que os CTT apenas fiabilizassem as moradas com topónimos oficialmente atribuídos e que depende desta fiabilização o procedimento informático necessário à emissão dos referidos CC, tem sido recenseada a necessidade de atribuição de topónimos a alguns arruamentos públicos, por forma a que seja possível concluir estes processos de identificação individual.

Neste contexto, os serviços, fundamentaram a atribuição do topónimo abaixo identificado, na sequência do pedido efetuado através do requerimento 597/2014:

. Rua da Quinta da Glória

[processo TOP-984/2014]

O arruamento em causa, pertencente à rede viária municipal (representado a traço cheio preto na planta n.º 3 anexa), insere-se em local que é conhecido desde tempos imemoriais por "Quinta da Glória", sendo esta designação utilizada nas moradas dos residentes, inclusivamente nos contratos de consumo de água do Município, mesmo sem que, até à data, tenha merecido aprovação formal. O topónimo proposto "Rua da Quinta da Glória", com fundamento na alínea a) do número 1 do artigo 9º do RTCP, em vigor, corresponde efetivamente à designação reconhecida e consolidada pelos moradores, resultado da cartografia existente e visa garantir quer uma melhor identificação do local, quer evitar dificuldades nos processos de identificação individual (CC).

Face ao exposto, considerando o parecer favorável da Comissão de Toponímia, reunida a 08.05.2014, em cumprimento do disposto no n.º 2, do art. 5º, do RTCP, e consultada a Junta de Freguesia de Palmela, que emitiu os respetivos pareceres, de sentido favorável às referidas denominações, **propõe-se**, ao abrigo do disposto na alínea ss) do n.º 1, art.º 33º, da Lei 75/2013, na redação em vigor, a aprovação da atribuição dos topónimos antes descritos aos

arruamentos públicos identificados nas plantas anexas, que fazem parte integrante da presente deliberação.»

Sobre a proposta de *Atribuição de topónimos na freguesia de Palmela* numerada *DAU 01_14-14* intervém:

A **Sra. Vereadora Natividade Coelho** pronuncia-se sobre a dificuldade que o Sr. Vereador Pedro Taleço referencia de encontrar nomes de mulheres para topónimos. Talvez se compreenda agora, com esta dificuldade, porque é que o Executivo anda às vezes nalgumas «lutas», porque, na sua opinião, a história simplesmente esqueceu as mulheres locais.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e em minuta.

PONTO 8 – Atribuição de topónimos na Freguesia de Quinta do Anjo. Requerentes: Helder da Silva Mesquita Marques e Manuel António dos Santos Miranda. Processos n.ºs. TOP – 757/2014, TOP – 758/2014. Local: Vários – Freguesia de Quinta do Anjo. Requerimentos n.ºs. 443/2014 e 445/2014.

PROPOSTA N.º DAU 02_14-14.

«A presente proposta reporta-se à atribuição de 3 (três) topónimos, na Freguesia de Quinta do Anjo.

No âmbito de vários processos de renovação do Cartão de Cidadão (CC) e face à dificuldade manifestada, quer por munícipes/interessados, quer pelas próprias Conservatórias do Registo Civil, em tratar da documentação de identificação, uma vez que os CTT apenas fiabilizam as moradas com topónimos oficialmente atribuídos e que depende desta fiabilização o procedimento informático necessário à emissão dos referidos CC, tem sido recenseada a necessidade de atribuição de topónimos a alguns arruamentos públicos, por forma a que seja possível concluir estes processos de identificação individual. Neste contexto, os serviços, fundamentaram a atribuição de dois dos topónimos abaixo identificados (topónimos números 1 e 3), na sequência dos pedidos efetuados, através dos requerimentos 443/2014 e 445/2014.

Considerando que no caso concreto explicitado do n.º 1, o arruamento em causa é conhecido como “Circular Norte à Autoeuropa”, considerou-se pertinente aproveitar a ocasião, para oficializar, igualmente, a designação do arruamento conhecido por “Circular Sul à Autoeuropa” (topónimo número 2).

1. Circular Norte à Autoeuropa

[processo TOP-757/2014]

2. Circular Sul à Autoeuropa

Os arruamentos públicos em causa (cujo desenvolvimento/extensão se representa na planta 1, em anexo), são conhecidos por “Circular Norte à Autoeuropa” e “Circular Sul à Autoeuropa”, e até à presente data, não mereceram aprovação formal.

Os topónimos são agora propostos, adotando integralmente aquela denominação, face, quer à importância da Autoeuropa, ao nível da indústria automóvel, que a torna uma referência nacional e internacional, quer ao relevo que a mesma tem para o Concelho de Palmela e visam melhorar as condições de identificação do local, que permitam: o fácil acesso às instalações da Autoeuropa, bem como às restantes empresas instaladas na envolvente, no âmbito das cargas e descargas de materiais e equipamentos, a melhoria das relações entre cidadãos/interessados e entidades, uma maior eficácia na entrega postal aos residentes, no caso de emergência médica ou civil e, ainda, a normal tramitação dos processos de identificação individual.

Neste contexto e face ao crescente investimento no concelho, os topónimos agora propostos com fundamento nas alíneas b) e f) do número 1, do artigo 9º, do RTCP, prestam igualmente uma homenagem à Volkswagen Autoeuropa, fábrica de produção automóvel de origem alemã, enquanto representante de um dos maiores investimentos estrangeiros em Portugal, com impacto muito significativo na economia portuguesa.

3. Rua das Fazendeiras

[processo TOP-758/2014]

O arruamento em causa, pertencente à rede viária municipal, insere-se por completo em zona rural, pretendendo-se valorizar a identidade do local ligada à atividade agrícola, tendo em consideração a temática das designações envolventes, pelo que, se propõe definir o seu início na perpendicular à Rua das Fazendas e o seu término na perpendicular à Estrada do Gado.

O topónimo proposto (cujas extensões se representam na planta 2 anexa) com fundamento na alínea a) do número 1, do artigo 9º, do RTCP, em vigor, visa a clara identificação do local e em particular distinguir as mulheres donas de fazendas que trabalham e cultivam a terra com afino e esforço, prestando a devida homenagem ao papel relevante das mulheres na produção agrícola, quer de pequena produção que garante a subsistência familiar, quer de grande produção, de alcance/distribuição nacional e internacional. Assim presentes na casa, no quintal, na roça e na luta pela terra, as mulheres merecem o reconhecimento enquanto trabalhadoras e fazendeiras.

Face ao exposto, considerando o parecer favorável da Comissão de Toponímia, reunida a 8-05-2014, em cumprimento do disposto no n.º 2, do art. 5º, do RTCP, e consultada a Junta de Freguesia de Palmela, que emitiu os respetivos pareceres, de sentido favorável às referidas denominações, **propõe-se**, ao abrigo do disposto na alínea ss) do n.º 1, do art. 33º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na redação em vigor, a aprovação da atribuição dos topónimos antes descritos aos arruamentos públicos identificados nas plantas em anexo, que fazem parte integrante da presente deliberação.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e em minuta.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca das zero horas e quarenta e cinco minutos do dia três de julho de dois mil e catorze, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco*, Diretor do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional, redigi e também assino.

O Presidente

Álvaro Manuel Balseiro Amaro

O Diretor do Departamento

Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco